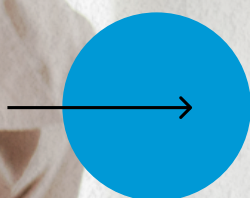


2023

PORTFÓLIOS SUSTENTÁVEIS

Como instituições financeiras
podem identificar projetos
e atividades com impacto
socioambiental positivo



**Catálogo na fonte proporcionada pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento**

Portfólios sustentáveis: como instituições financeiras podem identificar projetos e atividades com impacto socioambiental positivo / Rachel Besso, María Gabriela Cerqueira Correa, Daniel Ricas da Cruz, Cinthia Bechelaine, Rafael Cavazzoni Lima.

p. cm. — (Monografia do BID ; 1149)

Inclui referências bibliográficas.

1. Financial institutions-Environmental aspects-Brazil. 2. Capital market-Brazil. 3. Environmental impact analysis-Brazil. 4. Economic development projects-Environmental aspects-Brazil. I. Besso, Rachel. II. Cerqueira Correa, Maria Gabrielle. III. Sthel, Sofia. IV. Ricas, Daniel. V. Bechelaine, Cinthia. VI. Cavazzoni, Rafael. VII. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças. VIII. Série.

IDB-MG-1149

Códigos JEL: F3, G1, G11, O1, O16, Q01.

Palavras-chave: Brasil, finanças, sustentabilidade, dívida verde, portfólio, metodologia.

Copyright © 2024 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY 3.0 IGO (<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/legalcode>). Os termos e condições indicados no link URL devem ser atendidos e o respectivo reconhecimento deve ser concedido ao BID.

Além da seção 8 da licença acima, qualquer mediação relacionada a disputas decorrentes de tal licença deve ser conduzida de acordo com as Regras de Mediação da OMPI. Qualquer controvérsia relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem de acordo com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID, serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não estão autorizados como parte desta licença.

Note-se que o link da URL inclui termos e condições que são parte integrante desta licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.



Banco Interamericano de Desenvolvimento

1300 New York Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20577

www.iadb.org

O Setor de Instituições para o Desenvolvimento foi o responsável pela produção da publicação.

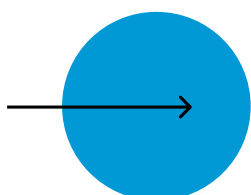
Provedores externos:

Coordenação da produção editorial: A&S Information Partners, LLC

Revisão editorial: Giovana Boselli

Projeto gráfico e diagramação: Nambbu

PORTFÓLIOS SUSTENTÁVEIS



Sumário executivo	04
Parte I - Aspectos conceituais	07
Instituições financeiras e sustentabilidade	07
Mobilização de recursos e instrumentos de dívida	10
Instrumentos de dívida sustentáveis	12
Melhores práticas internacionais para instrumentos de dívida sustentáveis	14
Processo de estruturação de instrumentos de dívida sustentáveis com foco em uso de recursos	20
Parte II - Metodologia e ferramenta	23
Portfólios sustentáveis: metodologia para enquadramento de operações e atividades	23
Parte III - Manual de utilização da ferramenta	35
Metodologia de enquadramento na prática: passo a passo de utilização da ferramenta	35
Passo 1 – Inclusão da carteira	39
Passo 2 – Identificação de produtos/linhas de crédito	51
Passo 3 – Definição de populações vulneráveis	56
Passo 4 – Definição de <i>look-back period</i>	60
Resultados	62
Conclusões e recomendações	65
Referências bibliográficas	68
Anexo 1 – Informações analisadas	71
Anexo 2 – Palavras-chaves	73
Anexo 3 – Índices de população vulnerável	76



Sumário executivo

As instituições financeiras (IFs) exercem um papel fundamental na economia real, sendo responsáveis por facilitar o fluxo de capital e canalizar recursos para setores diversos. Devido ao amplo escopo de suas atuações, as IFs têm o potencial de direcionar o mercado e promover uma economia mais sustentável e socioambientalmente positiva.

Ao captarem recursos junto a investidores, empresas, pessoas físicas e governos, e ao canalizarem capital para atividades econômicas e pessoas, as instituições financeiras analisam diferentes informações para o processo de tomada de decisão. Tradicionalmente, os dados examinados e armazenados nos sistemas internos guardam relação principalmente com questões financeiras e econômicas.

Nesse contexto, surge uma pergunta: **como uma instituição financeira pode, a partir de diferentes dados e informações já existentes sobre as operações e clientes de seu portfólio, qualificar, mapear e enquadrar projetos e atividades que sejam elegíveis para compor um instrumento de dívida sustentável?**

A maioria das instituições financeiras brasileiras ainda estão iniciando suas trajetórias no tema e deparando-se com dificuldades em identificar operações e medir o impacto de suas carteiras de um ponto de vista socioambiental (CBI, 2019). Nesse sentido, o mapeamento de portfólio é uma etapa essencial no processo de estruturação de instrumentos de dívida sustentáveis com foco em uso de recursos.

Tendo em vista o questionamento e os desafios mencionados, e com intuito de estimular a utilização desses instrumentos, **o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a NINT – Natural Intelligence, desenvolveu uma metodologia para auxiliar IFs no enquadramento de portfólios sustentáveis a partir de dados e informações existentes.** A metodologia, que foi consolidada em uma ferramenta automatizada, é capaz de enquadrar operações do portfólio em categorias verdes e sociais, teoricamente elegíveis para uso de recursos em instrumentos de dívida sustentáveis. A ferramenta também auxilia na gestão de conhecimento interno sobre o portfólio, estabelecimento de metas e captações diversas (empréstimos e dívidas).

A presente publicação foi desenvolvida com foco em instituições financeiras públicas ou privadas, pesquisadores, órgãos da administração direta e indireta que necessitam de compreender quais atividades, produtos e projetos presentes em seus portfólios possuem critérios de impacto social, ambiental e/ou climático. Foram utilizadas como base as melhores práticas de mercado e os princípios norteadores para emissão de títulos sustentáveis desenvolvidos pela Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA, International Capital Market Association, em inglês) e para empréstimos sustentáveis desenvolvidos pela Associação Comercial de Consórcios de Empréstimos (LSTA, Loan Syndications and Trading Association, em inglês).

A publicação está organizada em três seções que abordam desde os aspectos motivadores para o desenvolvimento da metodologia até os desdobramentos práticos da utilização da ferramenta de enquadramento sustentável em instituições financeiras. A **PARTE I** apresenta os aspectos conceituais que englobam o contexto de finanças sustentáveis em que as instituições financeiras estão inseridas, assim como as melhores práticas internacionais utilizadas para a elaboração da metodologia. Na **PARTE II**, é possível encontrar a abordagem metodológica que originou a ferramenta de enquadramento sustentável desenvolvida pelo BID, em parceria com a NINT. Por fim, a **PARTE III** demonstra, em detalhe, o passo a passo da metodologia e utilização da ferramenta. De forma complementar, a seção de **Conclusões e recomendações** destaca os principais resultados esperados pela aplicação da ferramenta, assim como os principais pontos de atenção abordados ao longo da publicação.



Parte I: Aspectos conceituais

Instituições financeiras e sustentabilidade

Do ponto de vista histórico, as questões **ambientais, sociais e de governança (da sigla em inglês ESG – *environmental, social and governance*)** passaram a ser observadas pelas instituições financeiras (IFs) de forma mais rigorosa a partir da década de 1960. Nesse período, o movimento de luta por direitos civis nos Estados Unidos, que contagiou outras nações, passou a exigir atuação das IFs frente a acontecimentos que só foram possíveis graças a gastos públicos e privados, como guerras, especialmente a guerra do Vietnã, e o apartheid na África do Sul. Algumas consequências desse período foram a descontinuidade da mobilização de capitais para instituições e entidades de incentivo ao apartheid e protestos contra multilaterais (décadas de 1980 e 1990), bem como a Conferência de Estocolmo (1972)¹ (FGV-EAESP, 2007).

A partir da pressão da sociedade, o que antes navegava em paralelo foi interseccionado, e os campos da sustentabilidade e das finanças iniciaram uma aproximação, resultando no surgimento de diversas regulações e iniciativas de mercado. Primariamente, com o objetivo de redução da exposição a riscos derivados de questões ambientais e sociais, o movimento também permitiu que as IFs iniciassem um processo de redesenho na busca pelo impacto positivo. São inúmeros exemplos, incluindo desde a assinatura do Protocolo Verde (1995)² e a elaboração do Guia dos Bancos Responsáveis (2012)³ no Brasil, até o lançamento dos Princípios para Investimento Responsável (2006),⁴ para Sustentabilidade em Seguros (2012)⁵ e para a Responsabilidade Bancária (2019)⁶ no mercado internacional, elaborados em conjunto com as Nações Unidas. Os acordos internacionais relacionados à sustentabilidade promovidos no ano de 2015 também foram essenciais para fomentar a agenda da sustentabilidade nas instituições financeiras, com destaque para os eventos: Agenda de Ação de Adis Abeba,⁷ Acordo de Paris sobre o clima⁸ e o estabelecimento dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).⁹

Esse conjunto de marcos e referências permitiu que as instituições financeiras pudessem buscar a elaboração de processos mais conscientes de tomada de **decisões de investimento**, alinhados com a busca pelo impacto positivo. Inicialmente de forma bastante embrionária, mas passando por uma evolução de escala exponencial nos últimos anos, hoje não é possível abordar o mercado financeiro sem levar em consideração as finanças sustentáveis,¹⁰ promovidas pelas IFs por meio de instrumentos financeiros inovadores, do financiamento de atividades com impacto positivo, da gestão e divulgação dos riscos aos quais estão expostas, da influência positiva sobre outras IFs e do engajamento institucional (**Figura 1**).

¹ A Conferência de Estocolmo ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi o primeiro encontro organizado pela ONU para discutir as consequências da degradação do meio ambiente. O evento reuniu 113 países, incluindo o Brasil.

² O Protocolo Verde é uma carta de princípios sustentáveis assinada pelo Governo Federal junto a instituições bancárias brasileiras, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável no país.

³ O Guia dos Bancos Responsáveis é uma ferramenta de informação ao público interessado em conhecer e comparar as políticas bancárias relativas à responsabilidade social empresarial.

⁴ Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) foram criados por um grupo internacional de investidores institucionais e refletem a crescente relevância das questões ambientais, sociais e de governança corporativa para as práticas de investimento. <<https://www.unpri.org/>>

⁵ Os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), foram criados para nortear as práticas sustentáveis entre o setor de seguros e fornecer diretrizes globais para o desenvolvimento e a expansão de gerenciamento de riscos. <<https://www.unepfi.org/insurance/insurance/>>

⁶ Os Princípios de Responsabilidade Bancária (PRB) são uma estrutura para garantir que a estratégia e a prática dos bancos signatários se alinhem com a visão estabelecida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e no Acordo de Paris. <<https://www.unepfi.org/banking/bankingprinciples/>>

⁷ A Agenda de Ação de Adis Abeba foi o acordo assinado pelos 193 Estados-membros participantes da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, estabelecendo mais de 100 medidas concretas relacionadas a diversos setores como tecnologia, ciência, inovação, comércio e fortalecimento de capacidades.

⁸ O Acordo de Paris foi assinado pelos 195 países participantes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima visando fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas.

⁹ Os Objetivos de desenvolvimento sustentável foram estabelecidos em agosto de 2015 pela Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, sendo determinados 17 objetivos e 169 metas relacionadas a diferentes temáticas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação.

¹⁰ Finanças sustentáveis se referem à integração dos aspectos de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão dos atores do mercado financeiro, nas políticas do mercado financeiro e nos arranjos institucionais e de mercado que contribuem para a conquista de um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.

Figura 1 – Possíveis relações entre o setor financeiro e a sustentabilidade



Fonte: adaptado de UN CC: Learn (2021)

Apesar da evolução dos títulos temáticos, potenciais emissores na América Latina e Caribe (ALC) ainda enfrentam desafios no momento de preparação e estruturação de emissões (CBI, 2019). Dentre os principais desafios em destaque para as IFs estão as dificuldades para identificar atividades e projetos com **impacto socioambiental positivo** em seus portfólios. Essa dificuldade, em larga escala, pode representar uma barreira significativa ao avanço dos instrumentos de dívida sustentável, dado o papel crucial das IFs na transformação do mercado.

O objetivo da presente publicação é apresentar uma metodologia para o mapeamento de portfólios sustentáveis de instituições financeiras. Destina-se, principalmente, às instituições financeiras públicas ou privadas, aos pesquisadores e aos órgãos da administração direta e indireta que necessitam compreender quais atividades, produtos e projetos presentes em seus portfólios têm critérios de impacto social, ambiental e/ou climático.

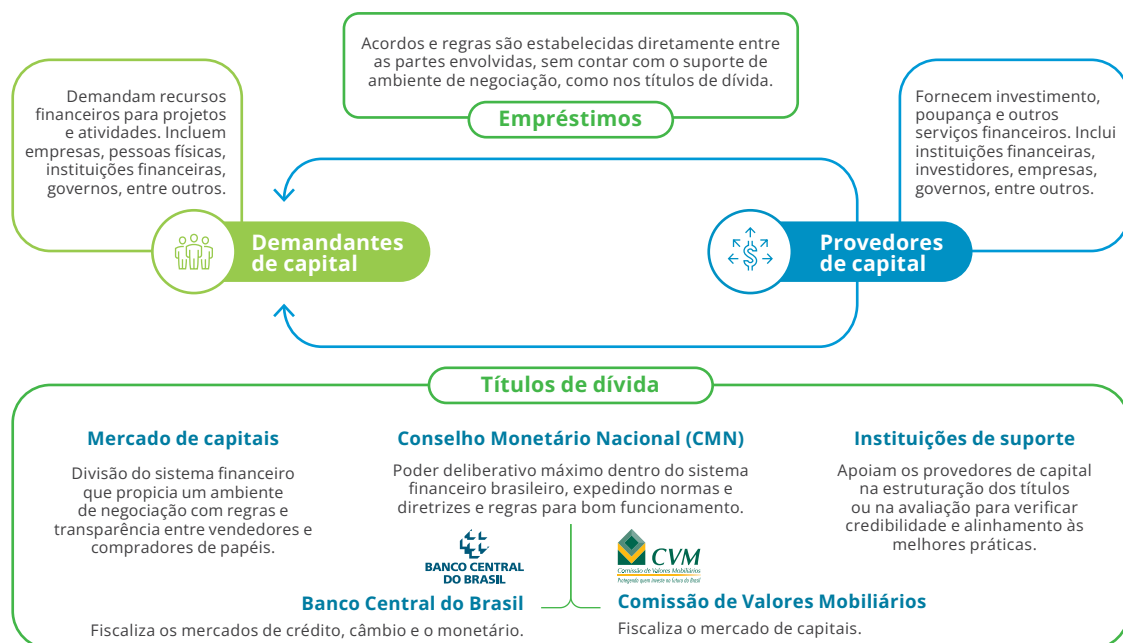
Mobilização de recursos e instrumentos de dívida

Os fluxos de capital no mercado financeiro, sendo caracterizados como sustentáveis ou não, seguem ritos muito semelhantes. A mobilização de recursos por parte das IFs tem um potencial transformador na economia real, e as IFs têm se utilizado desse potencial de forma cada vez mais positiva do ponto de vista socioambiental. Em outras palavras, IFs impactam o meio ambiente e a sociedade principalmente a partir de seus portfólios, com os quais mobilizam ou asseguram recursos financeiros para a economia real (LAYCOCK, 2015). Nesse contexto, existem diferentes **instrumentos ou mecanismos de dívida** que possibilitam a entrada de capital (*funding*) e o posterior direcionamento para atividades e projetos. Os instrumentos de dívida para captação e concessão de recursos incluem **empréstimos diretos e títulos de dívida (Figura 2)**.

Os **empréstimos (loans, em inglês)** são mecanismos pelos quais os credores emprestam recursos diretamente aos devedores. As IFs podem utilizar esse instrumento tanto para conseguir recursos financeiros diretamente com outros investidores, de maneira bilateral, quanto para conceder recursos para pessoas físicas e jurídicas. Já os **títulos de dívida (bonds, em inglês)** são mecanismos de renda fixa a partir dos quais as instituições financeiras ou empresas (emissores) captam recursos no mercado de capitais junto a investidores.

No segundo caso, há uma série de trâmites específicos para a estruturação do título, visando atender à regulação vigente, de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). São exemplos de títulos de dívida produtos como o Tesouro Direto, o CDB (Certificado de Depósito Bancário), a LCI (Letra de Crédito Imobiliário), a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), as debêntures, a Letra de Câmbio, o CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e o CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio).

Figura 2 – Atores envolvidos em instrumentos de dívida

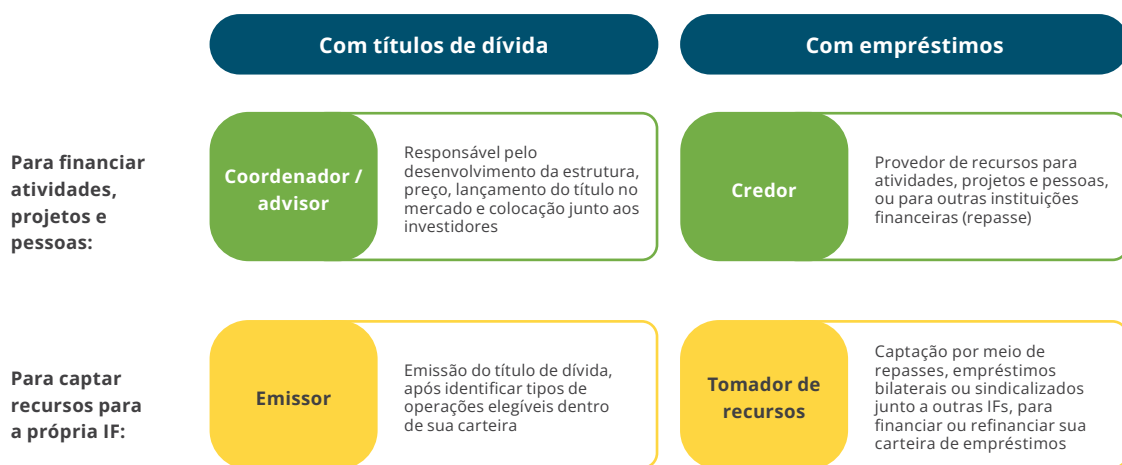


Fonte: UN CC (2021), Anbima (2018); elaboração: NINT

As IFs têm uma gama de possibilidades para a captação e concessão de recursos através de instrumentos de dívida, sendo a captação de recursos peça fundamental no quebra-cabeça do mercado de dívida e na viabilização de recursos para atividades específicas. Nesse contexto, há quatro papéis a serem assumidos pelas IFs (**Figura 3**).

No que diz respeito ao financiamento de atividades, projetos e pessoas, as IFs podem prover recursos diretamente (credor) ou assumir a coordenação da estruturação de títulos, papel assumido pela área de investimento – *Investment Banking* (coordenador/*advisor*). Em relação à captação de recursos para a própria IF, é possível emitir um título (emissor) ou tomar empréstimos (tomador de recursos) com o objetivo de direcionar esses recursos para o financiamento de iniciativas específicas. Como veremos na subseção seguinte, essas “iniciativas específicas” podem ser atividades com impacto positivo do ponto de vista socioambiental. Nesse caso, as “operações elegíveis dentro de sua carteira” seriam atividades de impacto socioambiental positivo.

Figura 3 – Possíveis papéis de instituições financeiras frente aos instrumentos de dívida



Fonte: NINT

Cada um desses papéis assumidos por instituições financeiras frente a instrumentos de dívida pode integrar aspectos socioambientais. Ao assumir o papel de **coordenador/ advisor**, uma IF pode auxiliar no desenvolvimento de instrumentos de dívida sustentáveis junto aos emissores, inclusive apoiando no processo de elaboração e verificação das credenciais sustentáveis. Ao emitir títulos para se financiar, assumindo então o papel de **emissor**, uma IF pode selecionar operações verdes, sociais e/ou sustentáveis elegíveis para direcionar os recursos captados. A IF também pode, como **credora**, optar por financiar diretamente atividades, projetos e pessoas que apresentem impacto socioambiental positivo. Para tal, pode captar recursos para empréstimos bilaterais junto a outras IFs, assumindo o papel de **tomadora de recursos**.

Instrumentos de dívida sustentáveis

Os **instrumentos de dívida sustentáveis**, também chamados de rotulados, temáticos ou ESG (Figura 4), são mecanismos financeiros por meio dos quais empresas e instituições financeiras podem captar e conceder recursos para atividades e projetos de impacto positivo na sociedade e no meio ambiente ou que se comprometam a implementar práticas sustentáveis. Esses instrumentos podem ser formalizados via empréstimos ou títulos de dívida, sendo as IFs brasileiras agentes essenciais na expansão e fortalecimento desse mercado (GIZ, 2022).

Figura 4 - Glossário de sinônimos para instrumentos de dívida sustentáveis



Fonte: elaboração própria

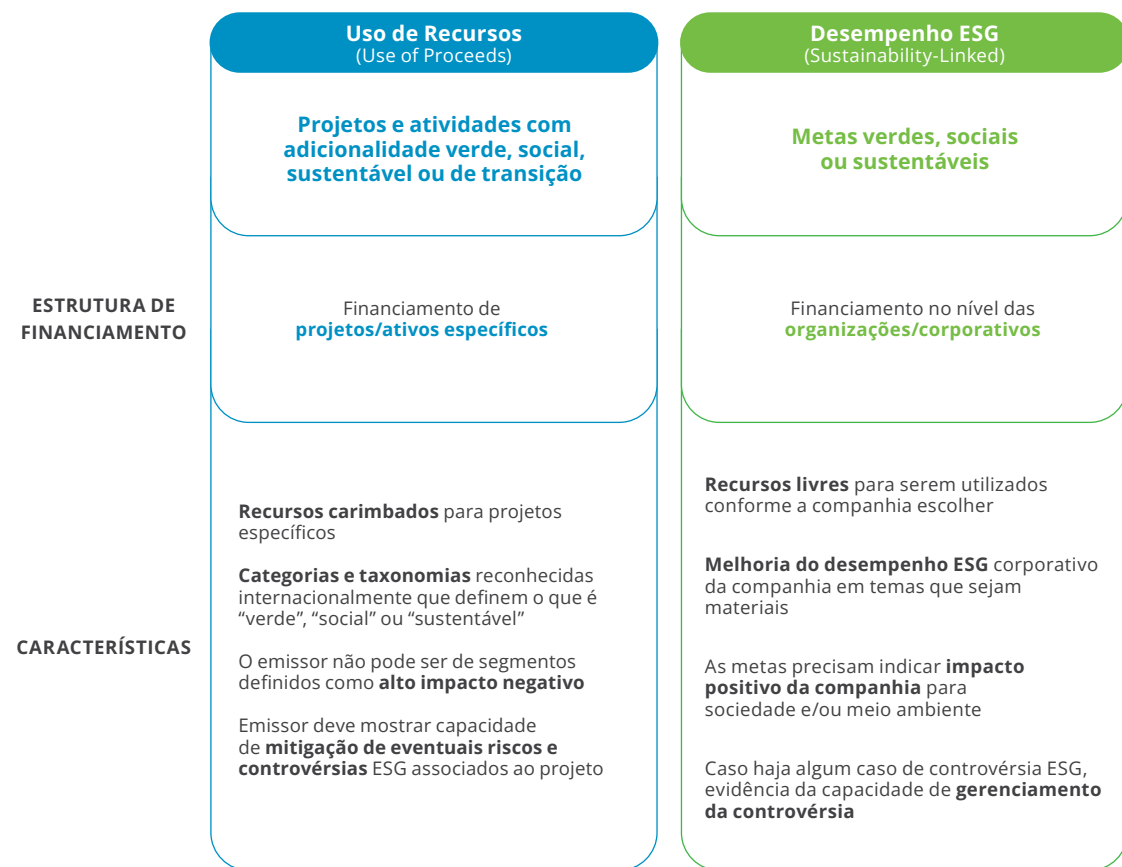
O mercado de instrumentos de dívida sustentáveis teve início com os *Green Bonds* e os *Green Loans* (títulos verdes e empréstimos verdes), que são instrumentos focados em **uso de recursos (Use of Proceeds - UoP, em inglês) para projetos e atividades que apresentam benefícios** ambientais, como, por exemplo, a agricultura sustentável. Nesse caso, os recursos captados na oferta de títulos ou empréstimos são “carimbados” para uma destinação específica e têm seu uso monitorado para reporte posterior.

Nos últimos anos, esse mercado se desenvolveu significativamente, apresentando crescimento exponencial no volume de emissões, se desdobrando em novos tipos, como os *Social Bonds* e *Social Loans* (títulos sociais e empréstimos sociais) e os *Sustainability Bonds* e *Sustainability Loans* (títulos sustentáveis e empréstimos sustentáveis), que combinam componentes verdes e sociais (ADACHI, 2021).

Além desses, a modalidade de **instrumentos de dívida vinculados a metas de desempenho ESG** também tem ganhado bastante relevância, com crescente apetite dos investidores internacionais (GIZ, 2022). Nessa modalidade de instrumento de dívida, também conhecida como *Sustainability-Linked* (ligado à sustentabilidade), o tomador de recursos se compromete a alcançar uma ou mais metas ESG, medidas por indicadores de desempenho, com o objetivo de melhorar o desempenho em temas sociais, ambientais e de governança nos negócios.

De acordo com as melhores práticas de mercado, é importante que os indicadores sejam materiais e relevantes para a atuação do tomador e que as metas sejam ambiciosas, representando melhoria constante em relação à trajetória do emissor. Os recursos captados em instrumentos de dívida vinculados a metas de desempenho ESG têm destinação livre, não precisando atrelar a projetos ou ativos específicos (como ocorre no caso de operações de uso de recursos). Ao atingir ou não as metas de desempenho ESG, o tomador de recursos recebe benefício ou penalidade na estrutura financeira do instrumento (**Figura 5**).

Figura 5 – Tipos de instrumento de dívida sustentáveis



Fonte: ICMA (2021), LSTA (2021)
Fonte: elaboração própria

Por meio da emissão de instrumentos de dívida sustentável, as IFs podem se capitalizar com recursos carimbados, com o objetivo de impactar a economia real com o financiamento de atividades e projetos socioambientalmente positivos. Vale destacar que a emissão desse tipo de instrumento pode ser vantajosa para a própria instituição emissora (**Tabela 1**). Além dos benefícios provenientes da precificação da emissão (a exemplo do chamado *greenium*),¹¹ o processo de estruturação desse tipo de instrumento pode auxiliar a IF na integração da sustentabilidade em sua estratégia de negócios de modo geral (BID Invest, 2021).

¹¹ Diferencial de juro pago pela empresa que emite dívida ESG em comparação a uma captação tradicional.

Tabela 1 – Benefícios decorrentes da emissão de instrumentos de dívida sustentável

Benefício	Descrição
Incremento das credenciais de sustentabilidade e promoção da colaboração intrainstituição	O processo de emissão pode ser um catalisador para solidificar a sustentabilidade no DNA da organização, pois permite à administração alinhar suas ações financeiras com suas metas de sustentabilidade. Consequentemente, a instituição incorpora aspectos socioambientais em seus processos, indicadores e produtos, gerando mobilização interna.
Atração de novos investidores	Os emissores de títulos temáticos/demandantes de empréstimo temático podem atrair novos investidores com interesse em sustentabilidade.
Estabelecimento de uma base de investidores fiéis	Os investidores de impacto tendem a deter títulos até o vencimento, o que pode proporcionar maior estabilidade de preços para os instrumentos de dívida sustentável. Isso gera mais estabilidade e segurança para o instrumento, o que atrai ainda mais investidores, estabelecendo-se assim um ciclo virtuoso.
Aumento da reputação e visibilidade	Os emissores de títulos temáticos/demandantes de empréstimos temáticos têm a oportunidade de se posicionar como sustentáveis, demonstrando o compromisso em contribuir para a solução de questões climáticas e sociais.

Fonte: adaptado de BID Invest (2021)

Melhores práticas internacionais para instrumentos de dívida sustentáveis

Como o intuito de fomentar e padronizar o mercado de instrumentos de dívida sustentáveis, organizações internacionais dispõem de documentos com recomendações e boas práticas. No caso dos títulos de dívida sustentáveis, a Associação Internacional do Mercado de Capitais (**ICMA, *International Capital Market Association***, em inglês) divulga, desde 2014, e atualiza periodicamente, **princípios** para a emissão de títulos sustentáveis (**Figura 6**). Para os empréstimos sustentáveis, a Associação Comercial de Consórcios de Empréstimos (**LSTA, *Loan Syndications and Trading Association***, em inglês) é a responsável por disseminar as melhores práticas (**Figura 7**).

Figura 6 – Melhores práticas internacionais para a emissão de títulos de dívida sustentáveis (ICMA)



Fonte: ICMA (2021)

Figura 7 – Melhores práticas internacionais para empréstimos sustentáveis (LSTA)



Fonte: LSTA (2021)

Conforme descrito no sumário executivo desta publicação, seu objetivo é apresentar uma metodologia para o mapeamento de portfólios sustentáveis de instituições financeiras, o que significa compreender quais atividades, produtos e projetos presentes nos portfólios têm impacto socioambiental positivo. **Devido às diferenças fundamentais relacionadas à aplicação dos recursos (Figura 5), a metodologia apresentada está relacionada aos instrumentos de dívida sustentáveis com foco em uso de recursos.**

De modo a orientar o desenvolvimento de instrumentos de dívida e empréstimos sustentáveis, a ICMA e a LSTA elencam quatro princípios norteadores: o uso de recursos, o processo de avaliação e seleção de projetos, a gestão de recursos e relatórios (**Figura 8**). Além desses quatro elementos, a ICMA e a LSTA delineiam recomendações adicionais para aumentar a transparência, incluindo a elaboração de *Frameworks* e a contratação de revisões externas.

Os *Frameworks* são documentos por meio dos quais é possível relatar o alinhamento da instituição emissora aos quatro componentes propostos, seja pela comprovação documental e/ou pela descrição dos processos adotados na elaboração dos instrumentos temáticos. Os processos de revisões externas podem acontecer de diversas maneiras, sendo a mais comum o Parecer de Segunda Opinião (*Second Party Opinion* – SPO, em inglês), documento emitido por uma empresa independente do emissor que comprova (ou desaprova) o alinhamento do *Framework* da instituição aos princípios da ICMA e LSTA.

Essas medidas de controle são indicadas para garantir o impacto socioambiental positivo do instrumento de dívida. Assim, evitam-se o financiamento de operações muito antigas – que não provocam mais impacto socioambiental positivo – e a dupla alocação. Nesse mérito, os princípios determinam que **“os projetos se qualificam para refinanciamento desde que estejam em uso, sigam os critérios de elegibilidade relevantes no momento da emissão e ainda sejam avaliados como tendo impacto significativo”** (ICMA, 2022).

Com o avanço do mercado e o crescimento na utilização de instrumentos de dívida sustentáveis, diferentes países estão buscando elaborar normas específicas para além das diretrizes e princípios internacionais. No Brasil, a Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes (*Brazilian Green Finance Initiative* – BGFI, em inglês) surgiu em 2016, reunindo membros e investidores internacionais na discussão para alavancar o mercado na direção das finanças sustentáveis. O grupo reúne líderes de setores-chave para o Brasil, como agricultura e energia (CBI, 2020).

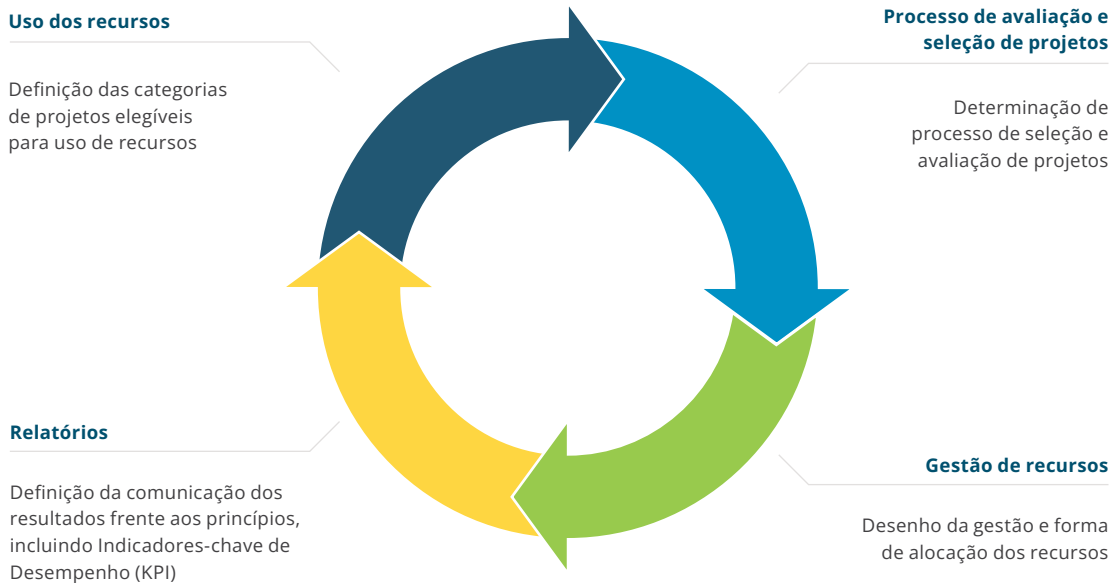
Nesse contexto, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) lançou o **Guia para Ofertas de Títulos ESG**.¹² O documento orienta boas práticas no que diz respeito ao processo de emissão de títulos de dívida sustentável, indicando **diretrizes voluntárias** para o mercado local.

Outra iniciativa relevante para o crescimento do mercado de dívidas sustentáveis, no Brasil, foi a assinatura de um acordo entre o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a CBI (*Climate Bonds Initiative*) para promover a atração de investimentos sustentáveis no Brasil (BNDES, 2022). O acordo de cooperação tem por principal finalidade expandir mecanismos de captação para a aplicação em projetos sustentáveis no Brasil.

A seguir, serão apresentados os detalhes dos quatro princípios norteadores comuns aos títulos de dívida, a ICMA e os empréstimos, a LSTA.

¹² Guia para Ofertas de Títulos ESG. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/52/25/36/43/9AA158103F642158882BA2A8/GUIA_PARA_OFERTAS_DE_TITULOS_ESG.pdf

Figura 8 – Os quatro princípios para desenho/emissão de instrumentos de dívida sustentável com foco em uso de recursos



Fonte: ICMA (2021) e LSTA (2021)

» Princípio 1: Uso de recursos

O **princípio de uso de recursos é fundamental para os instrumentos de dívida sustentáveis na modalidade uso de recursos**. O demandante de capital deve ser capaz de demonstrar que os recursos captados em empréstimos ou títulos de dívida sustentável estão sendo alocados em projetos e atividades que apresentam impacto verde, social ou sustentável (combinando verde e social) ([Tabela 2](#)).

No caso de instrumentos verdes, os princípios determinam que as categorias de projetos incluem, entre outros, o fornecimento e/ou a promoção de energia renovável, eficiência energética, prevenção e controle da poluição e gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais.

No caso de instrumentos de dívida sustentáveis com o uso de recursos sociais, os projetos e atividades elegíveis incluem infraestrutura básica acessível (água potável, esgoto, saneamento, transporte e energia), acesso a serviços essenciais (saúde, educação e formação profissional, cuidados de saúde, financiamento e serviços financeiros), moradia acessível, geração de emprego e programas projetados para prevenir e/ou aliviar o desemprego decorrente de crises socioeconômicas, inclusive por meio do efeito potencial do financiamento de MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) e microfinanças, entre outros.

Os instrumentos de dívida sustentáveis para uso de recursos sociais têm um requisito adicional. Além da finalidade da utilização dos recursos, é necessário que as atividades e projetos financiados atendam ou beneficiem populações vulneráveis. O impacto positivo dos instrumentos nesses casos está relacionado à possibilidade de abordar questões sociais contundentes para pessoas e grupos que carecem de acesso a serviços e produtos.

Exemplos de populações vulneráveis incluem pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, populações e/ou comunidades excluídas e/ou marginalizadas, pessoas mal atendidas devido à falta de acesso de qualidade a bens e serviços essenciais, mulheres e/ou minorias sexuais e de grupos diversos, entre outras. A definição da população vulnerável pode variar dependendo do contexto local.

Tabela 2 - Categorias verdes e sociais ICMA/LSTA

Categorias verdes	Categorias sociais
» Energia renovável	» Infraestrutura básica acessível
» Eficiência energética	» Acesso a serviços essenciais
» Prevenção e controle da poluição	» Moradia acessível
» Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	» Geração de emprego, incluindo a partir de MPE e microfinanças
» Conservação da biodiversidade terrestre e aquática	» Segurança alimentar
» Transporte limpo	» Avanço socioeconômico
» Gestão sustentável das águas e águas residuais	Populações vulneráveis
» Adaptação às mudanças climáticas	» Populações vivendo abaixo da linha da pobreza
» Produtos, tecnologias e processos de produção ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular	» Populações marginalizadas ou excluídas
	» Grupos vulneráveis em função de desastres naturais
» Edifícios verdes	» Gênero
	» Imigrantes

» Princípio 2: Avaliação e seleção de projetos

O princípio de **processo de avaliação e seleção dos projetos** exige que o demandante de capital indique o processo pelo qual determinará os projetos ou produtos que se enquadram nas categorias elegíveis verdes, sociais ou sustentáveis. Nesse sentido, é preciso que a instituição observe diferentes dados e informações já existentes sobre as operações e clientes de seu portfólio, de modo a enquadrar projetos e atividades que sejam elegíveis para compor um instrumento de dívida sustentável.

O processo de mapeamento de portfólio é compreendido como etapa fundamental para emissão de títulos sustentáveis, também possibilitando maior conhecimento da instituição sobre as práticas e ações voltadas para a sustentabilidade. Além disso, é importante comunicar os objetivos de sustentabilidade ambiental/impacto social dos projetos elegíveis e informações complementares sobre identificação e gerenciamento dos riscos socioambientais associados.

Nesse contexto, foi desenvolvida a ferramenta de identificação de portfólios sustentáveis, visando orientar as IFs a reconhecer e mapear seu portfólio, conforme descrito na parte II desta publicação.

» Princípio 3: Gestão dos recursos

O princípio da **gestão de recursos** propõe que o emissor monitore periodicamente o saldo dos recursos aplicados para refletir as alocações elegíveis. O tomador do capital deve reportar aos investidores os tipos pretendidos de alocação temporária para o saldo dos recursos líquidos não alocados.

No contexto da captação de recursos por meio de instrumentos de dívida sustentáveis, é possível refinar projetos e atividades pré-existentes no portfólio da IF a partir desses recursos. Nesse cenário, **a definição de um *look-back period*** é recomendada pelos princípios norteadores da ICMA e LSTA. Definir um *look-back period* significa delinear o tempo máximo de refinanciamento para uma operação, isto é, quão antiga ela pode ser para que seja possível refinanciá-la junto a um lastro verde, social ou sustentável.

Não há uma regra específica sobre um *look-back period* máximo, mas as boas práticas de mercado indicam um período de 6 a 24 meses – como é o caso para instituições como JPMorgan,¹³ BID Invest¹⁴ e do grupo Ambipar,¹⁵ dentre diversas outras. O emissor, portanto, precisa examinar seus ativos elegíveis para determinar quais estão dentro ou fora dos parâmetros do período de retrospectiva.

A adoção de um período máximo para o refinanciamento é crucial para garantir, de maneira efetiva, o impacto socioambiental positivo das operações financiadas, porque, no caso de não adoção de um *look-back-period*, o emissor poderia buscar projetos antigos, que não geram mais adicionalidade socioambiental, porém que se encaixam nos padrões estabelecidos para a identificação de lastro. Assim, projetos com mais de dez anos, por exemplo, poderiam ser refinanciados sob o lastro (sem que absolutamente nenhuma contribuição para aspectos verdes/sociais seja gerada).

¹³ JPMorgan Chase & CO - Green Bond Annual Report: <https://www.jpmorganchase.com/content/dam/jpmc/jpmorgan-chase-and-co/documents/green-bond-annual-report-2021.pdf>

¹⁴ BID Invest Sustainable Debt Framework (Second Party Opinion): https://www.idbinvest.org/sites/default/files/2022-11/20210112_V.E_SPO_BID_Invest.pdf

¹⁵ Ambipar Group ESG Financing Framework (Second Party Opinion): <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/765f69d9-d6b2-42fc-b305-639ec9488ac1/0c7a26ea-9394-73a3-6829-67a27495cc50?origin=2>

Em caso de refinanciamento de recursos, é recomendada a adoção de outra boa prática de mercado, limitando os valores refinanciados a até **20% do uso de recursos**. Adicionalmente, as instituições financeiras devem se atentar ao fato de que **não é possível alocar recursos captados a partir de títulos de dívida sustentáveis em operações que já contam com recursos de repasses** (de IFs públicas de desenvolvimento ou fundos governamentais, por exemplo), bem como recursos de operações advindas de captações com instituições multilaterais. Assim, evita-se a dupla alocação, impedindo que projetos e atividades já apoiados com recursos de terceiros sejam refinanciados com lastro verde, social ou sustentável.

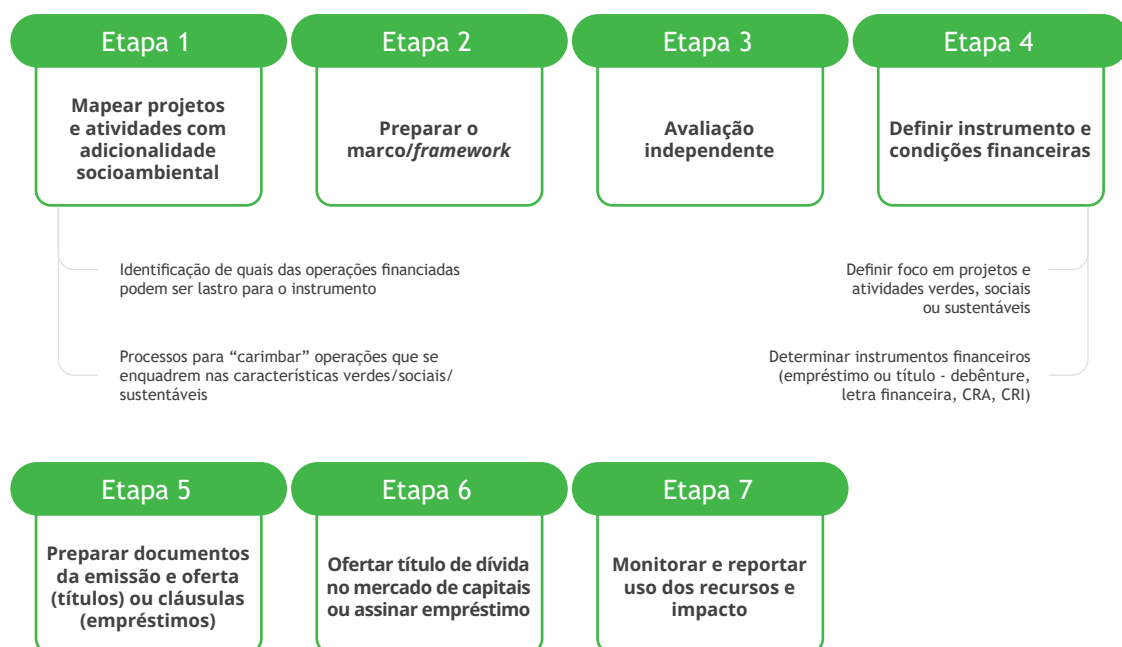
» Princípio 4: Relatórios

Por fim, o quarto e último princípio (**relatórios**) indica que os emissores devem disponibilizar e manter prontamente disponíveis informações atualizadas sobre o uso dos recursos e os impactos esperados. As informações devem ser atualizadas anualmente até a alocação total, e em tempo hábil em caso de eventos relevantes. Além disso, é aconselhável que as instituições conduzam auditorias regulares dos relatórios para garantir a precisão e a conformidade com os padrões estabelecidos.

Processo de estruturação de instrumentos de dívida sustentáveis com foco em uso de recursos

Demandantes de capital que desejam captar recursos a partir de instrumentos de dívida sustentáveis para financiar atividades e projetos com impacto positivo verde, social ou sustentável (uso de recursos) devem passar por uma série de etapas (Figura 9). Quando o demandante é uma IF, o processo apresenta algumas particularidades.

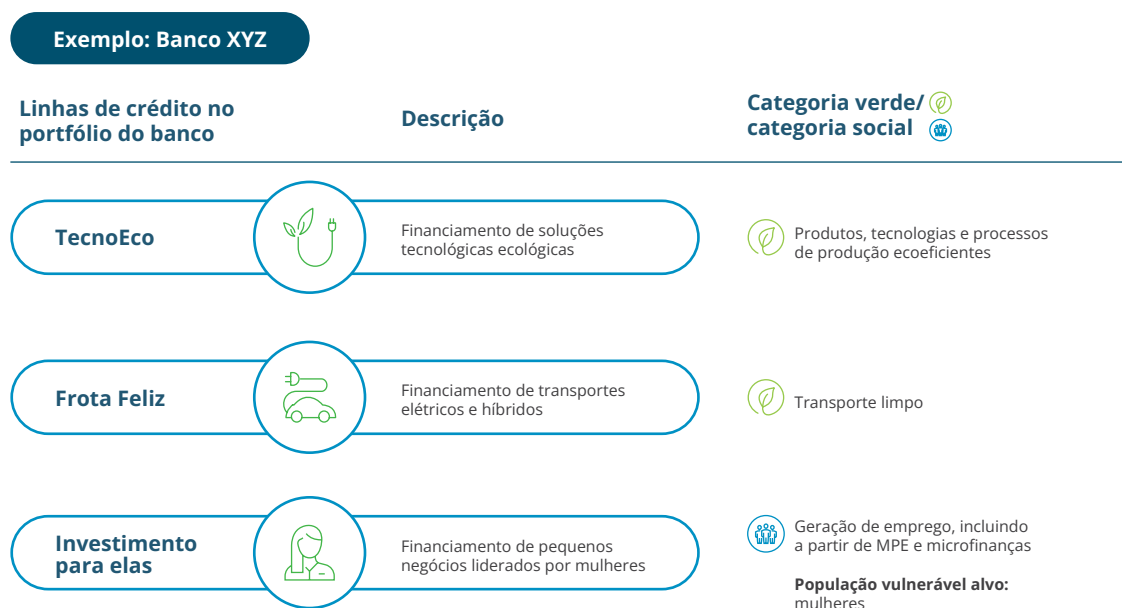
Figura 9 – Etapas para a estruturação de um instrumento de dívida temática



Fonte: elaboração própria

Na **etapa 1**, o emissor deve mapear as atividades e projetos elegíveis de acordo com os princípios delineados pela ICMA e pela LSTA. **No caso de instituições financeiras, é interessante realizar um mapeamento de seu portfólio de produtos, projetos e operações, buscando identificar operações na carteira de crédito que apresentem impactos positivos verdes, sociais ou sustentáveis.** Nesse momento, a instituição financeira deve buscar entender quais linhas de crédito, tipos de operação e/ou perfis de clientes presentes em seu atual portfólio estão associados a atividades e projetos que causam impacto socioambiental positivo (**Figura 10**).

Figura 10 - Exemplo de alinhamento para portfólio de banco genérico



Fonte: elaboração própria

Nessa etapa, é interessante relembrar a necessidade de definir o *look-back period* no momento de “carimbar” as operações, de modo a priorizar o incentivo a novos projetos – e com maior potencial de impacto socioambiental positivo. Além disso, os recursos captados via empréstimos ou títulos sustentáveis não devem ser direcionados para operações, projetos ou atividades que foram financiadas 100% com recursos provenientes de repasse de terceiros, evitando dupla contagem.

Na **etapa 2**, as reflexões realizadas na etapa 1 devem ser colocadas em prática por meio de um documento oficial (um Arcabouço, ou *Framework*, em inglês), formalizando a categorização das operações. Faz-se necessário, nesse documento, contextualizar como os quatro princípios da ICMA e LSTA para instrumentos de dívida sustentáveis com foco em uso de recursos serão atendidos, refletindo a atuação, os processos, controles e a governança da instituição.

A **etapa 3** consiste na contratação de um avaliador independente para verificar o alinhamento do instrumento (por meio da análise do marco/*framework*) aos critérios determinados nos princípios norteadores. Existem algumas possibilidades e formatos de avaliação externa. A mais utilizada no mercado brasileiro é o **Parecer de Segunda Opinião** (SPO, da sigla em inglês *Second Party Opinion*), documento realizado com base na própria metodologia do provedor de avaliação externa e independente.

Na **etapa 4**, é definido o foco (**Figura 11**), o instrumento financeiro (empréstimo ou título – debênture, letra financeira, CRA, CRI e outros) e suas condições financeiras (taxa de juros, prazo e outras). No caso de os recursos captados serem 100% alocados em projetos/ativos com benefícios ambientais, trata-se de um instrumento verde. Se 100% dos recursos forem alocados em projetos/ativos com benefícios sociais, será um instrumento social. Se 100% dos recursos forem alocados em projetos/ativos com benefícios ambientais e/ou sociais, será um instrumento sustentável.

Figura 11 – Finalidade de instrumento de dívida sustentável com foco em uso de recursos



Fonte: elaboração própria

A **etapa 5**, por sua vez, refere-se à preparação dos documentos da emissão e à oferta do título no mercado ou, no caso de empréstimo, da elaboração de cláusulas. A **etapa 6** consiste na própria emissão do título/assinatura de empréstimo em si, formalizando o uso do instrumento de dívida temática. Por fim, a **etapa 7** refere-se ao reporte (no mínimo anual) por parte do emissor sobre o uso de recursos e/ou o progresso dos indicadores (KPIs) associados aos projetos.



Parte II: Metodologia e ferramenta

Portfólios sustentáveis: metodologia para enquadramento de operações e atividades

Com o intuito de superar o desafio de identificação de atividades e projetos com impacto socioambiental positivo em portfólios e estimular a emissão de títulos de uso de recursos por IFs, foi desenvolvida a metodologia de enquadramento sustentável. A metodologia compreende uma ferramenta automatizada em Excel, possibilitando a análise do potencial enquadramento de operações sustentáveis alinhada aos GBP/GLP e SBP/SLP (*Green Bond Principles, Social Bond Principles, Sustainability Bond Principles, Green Loan Principles e Social Loan Principles*) da ICMA e da LSTA.

Para o desenvolvimento da metodologia de enquadramento sustentável, foi conduzida uma pesquisa detalhada sobre taxonomias, publicações e metodologias de organizações multilaterais e bancos para enquadramento de projetos e atividades. Foram contempladas metodologias privadas, nacionais e internacionais, permitindo que as IFs iniciem suas trajetórias em finanças sustentáveis de forma orientada. Assim, instituições com diferentes níveis de maturidade têm maior conhecimento sobre suas ações em sustentabilidade.

Ao aplicar a metodologia, a IF usuária é solicitada a fornecer informações de suas operações de crédito de forma individualizada. A ferramenta faz uma varredura nas informações de cada operação, buscando identificar características que permitam sua classificação em uma das categorias verdes e/ou sociais. Como resultado, é apresentada a soma do saldo ativo em cada categoria, permitindo que a instituição financeira entenda o lastro potencial total de seu portfólio sustentável.

Conforme mencionado na parte I do documento, além da finalidade da utilização dos recursos, o mercado de instrumentos de dívida sustentável com foco em uso de recursos apresenta outras boas práticas, como a definição de um período máximo de refinanciamento (*look-back period*) e a exclusão de projetos e atividades que já receberam aportes de outras fontes externas à instituição financeira. A ferramenta também lê informações de data de início e origem dos recursos para entender se cada operação no portfólio é realmente elegível para compor um instrumento de dívida sustentável.



A análise realizada pela metodologia contempla somente as informações sobre o portfólio fornecidas pela IF, identificando automaticamente as operações cujas atividades se relacionam aos GBP/GLP e SBP/SLP. Dessa forma, é possível afirmar que a metodologia identifica apenas o **potencial lastro** para instrumentos de dívida sustentáveis, e requer análises adicionais pela instituição, devendo ser entendida como o **primeiro passo** para a compreensão de enquadramento verde e social do portfólio e verificação de possibilidades para futuras emissões.

Nomenclatura das categorias elegíveis

Como o foco principal da metodologia está relacionado com instrumentos de dívida sustentáveis, optou-se por utilizar como principal referência os **princípios da ICMA para títulos de dívida e da LSTA para empréstimos**.

No primeiro dos quatro princípios dos GBP/GLP e SBP/SLP, são estabelecidas diferentes categorias de projetos e atividades elegíveis para instrumentos de dívidas sustentáveis. Considerando a quantidade de informações dos portfólios de instituições financeiras brasileiras facilmente disponíveis internamente, BID e NINT selecionaram **oito categorias verdes e cinco categorias sociais que a metodologia é capaz de identificar e enquadrar (Tabela 2)**, sendo relacionados a diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Tabela 3 – Categorias contempladas na metodologia de enquadramento

Escopo	Categorias	Definição	ODS relacionados
Verde	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	Inclui agricultura sustentável; criação ecologicamente sustentável de animais; insumos agrícolas sustentáveis, como proteção biológica de plantações ou irrigação por gotejamento; pesca e aquicultura ambientalmente sustentáveis; silvicultura ambientalmente sustentável, incluindo florestamento ou reflorestamento, e preservação ou restauração de paisagens naturais	 
	Gestão sustentável das águas e águas residuais	Inclui infraestrutura sustentável para água limpa e/ou potável, tratamento de esgoto, sistemas sustentáveis de drenagem urbana e outras formas de mitigação de inundações	
	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática	Inclui a proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas	 
	Energia renovável	Inclui produção, transmissão, equipamentos e produtos	
	Eficiência energética	Como em prédios novos e reformados, armazenamento de energia, aquecimento urbano, redes inteligentes, eletrodomésticos e produtos	
	Prevenção e controle da poluição	Inclui redução de emissões, controle de gases de efeito estufa, remediação do solo, prevenção ou redução da geração de resíduos, reciclagem de resíduos e geração de energia por meio de resíduos com eficiência de emissões	
	Edifícios verdes	Edifícios verdes que atendem a padrões ou certificações regionais, nacionais ou internacionalmente reconhecidas de desempenho ambiental	
	Transporte limpo	Como transporte elétrico, híbrido, público, ferroviário, não motorizado, multimodal, infraestrutura para veículos movidos com energia limpa e redução de emissões nocivas	 
	Acesso a serviços essenciais	Agricultura familiar / Educação / Saúde	  
	Social	Empoderamento e avanço socioeconômico – inclusão de gênero	Por exemplo, acesso equitativo a ativos, serviços, recursos e oportunidades; participação e integração equitativa no mercado e na sociedade, incluindo redução da desigualdade de renda
Geração de emprego		Financiamento de micro e pequenas empresas (MPE) e microcrédito	

Fonte: International Capital Market Association

A metodologia de enquadramento sustentável, por meio da ferramenta em Excel, “lê” o portfólio/carteira de crédito de uma IF, que consiste no somatório do saldo devedor dos empréstimos e financiamentos realizados pela IF. Dessa maneira, é realizada uma investigação dentre as operações de crédito da instituição com a finalidade de identificar operações com potencial impacto socioambiental positivo. Assim, a IF pode optar por alinhar seu planejamento estratégico e financeiro a diretrizes socioambientais, e a **identificação de operações passíveis de lastro é o primeiro passo para tal.**

Dentre as informações essenciais do portfólio para enquadrar as operações nas diferentes categorias verdes e/ou sociais da [Tabela 2](#), cinco informações são necessárias para analisar a finalidade do uso dos recursos e verificação de potencial alinhamento às categorias ([Anexo 1](#)):

- » **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**
- » **Descrição do financiamento**
- » **Informações sobre liderança**
- » **Especificação da linha de crédito/produto**
- » **Porte do cliente**

» **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é uma informação largamente utilizada pelas instituições financeiras para a especificação do setor econômico das operações financiadas. Por se tratar de uma informação padronizada, é considerada robusta e de fácil acesso. Por tais razões, a CNAE é uma informação de grande confiabilidade, sendo utilizada como principal parâmetro de análise da ferramenta de enquadramento sustentável. Dessa forma, a ferramenta “lê” a CNAE de cada operação no portfólio e verifica seu alinhamento às categorias verdes e sociais ([Tabela 3](#)).

Tabela 4 – CNAEs alinhadas às categorias verdes e sociais

Escopo	Metodologia	CNAE		
	Categoria	Código	Nível	Descrição
Verde	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	A02	Divisão	Produção Florestal
	Energia renovável	C193	Grupo	Fabricação de biocombustíveis
	Gestão sustentável das águas e águas residuais	E36	Divisão	Captação, tratamento e distribuição de água
		E37	Divisão	Esgoto e atividades relacionadas
	Prevenção e controle da poluição	E38	Divisão	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais
Transporte limpo	H491	Grupo	Transporte ferroviário e metroferroviário	
Social	Acesso a serviços essenciais – Educação	P85	Divisão	Educação
	Acesso a serviços essenciais – Saúde	Q86	Divisão	Atividades de atenção à saúde humana

Fonte: elaboração própria

É relevante apontar que a CNAE registrada nos sistemas internos das IFs refere-se, em geral, à principal atividade econômica do cliente financiado. Portanto, a **CNAE não necessariamente reflete a finalidade do financiamento**. Por exemplo, é possível conceder recursos um cliente cuja CNAE principal é cultivo de arroz (0111-3/01) para financiar instalação de painéis solares na propriedade. Nesse caso, o uso do recurso está alinhado à categoria verde “Energia renovável”, porém, a leitura da CNAE não indica este alinhamento. Dessa forma, **apesar de ser uma informação importante, a CNAE não é, em muitos casos, suficiente para verificar elegibilidade das operações**.

» Descrição do financiamento

A leitura da descrição do financiamento analisa o texto explicativo da finalidade da operação. Essa informação apresenta maior detalhamento sobre o uso do recurso na operação analisada. A análise da descrição do financiamento é realizada através da localização de **palavras-chaves** que apontem que os projetos e atividades na operação apresentam impacto socioambiental positivo (**Anexo 2**).

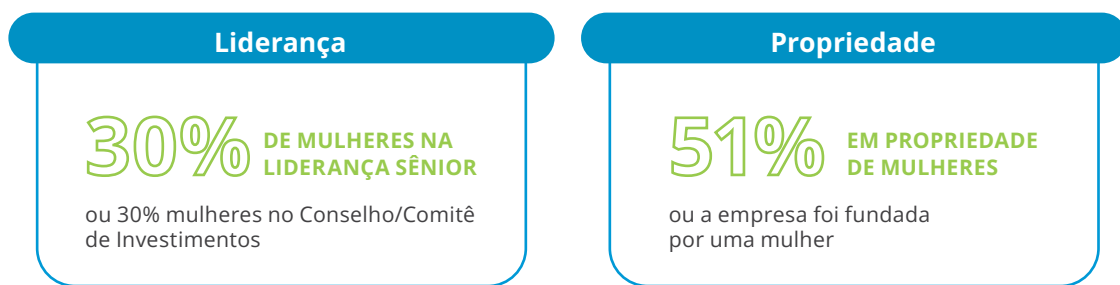
Apesar de ser uma informação mais detalhada que a CNAE, muitas vezes a instituição financeira não possui este dado de forma sistematizada e de fácil acesso. Além disso, há uma importante limitação na leitura da informação de descrição do financiamento. A falta de padronização das expressões, uso de abreviações e outros tipos podem prejudicar a leitura de palavras-chaves.

» Informações sobre liderança

A leitura da informação sobre liderança visa ampliar o escopo de análise da metodologia, tendo como enquadrar empreendimentos que apresentem **lideranças femininas**. As informações a respeito do quadro gerencial ou da composição societária de empresas possibilitam mais visibilidade sobre os recortes sociais, auxiliando na identificação do impacto social real do financiamento.

Para a elaboração da metodologia de enquadramento, foi utilizada como base a classificação desenvolvida pela iniciativa 2X Challenge – *Finance for Women*.¹⁶ A partir da classificação, foram considerados dois níveis de liderança para recomendação aos usuários da ferramenta (**Figura 12**), sendo selecionados “*Leadership*” – livremente traduzido como “liderança” – e “*Entrepreneurship*” – livremente traduzido como “propriedade”.

Figura 12 – Classificações de liderança feminina



Fonte: adaptado de 2X Challenge – Finance for Women

Para a padronização da leitura das informações pela metodologia, a ferramenta aceita somente que a instituição financeira classifique a coluna “Informações sobre liderança” em “Sim”, caso o usuário identifique que o empreendimento tem liderança feminina ou “Não”, caso contrário. Dessa forma, a ferramenta realiza a leitura automática das operações listadas no portfólio da instituição financeira.

No entanto, é relevante mencionar que a maioria das instituições financeiras não tem esse tipo de informação, o que pode ocorrer devido à ausência de solicitações desse tipo de informação por parte das instituições financeiras ou por falta de dados consolidados por parte dos clientes.

» Especificação da linha de crédito/produto

A maioria das instituições financeiras tem linhas de crédito/produtos destinados a setores específicos da economia, a públicos determinados ou para finalidades especiais, sendo que, dessa forma, as linhas de crédito e especificações de produtos são um guia adequado para melhor entender o real uso dos recursos das operações. Por esse motivo, a informação sobre a linha de crédito/produto permite que o usuário identifique o alinhamento de linhas/produtos oferecidos pela instituição às categorias verdes e sociais.

¹⁶ A 2X Challenge Finance for Women, iniciativa sob a 2X global, desenvolveu critérios de participação feminina em instituições, podendo ser identificadas em quatro níveis de participação direta e um nível de participação indireta. Os critérios podem ser consultados em: <https://www.2xchallenge.org/criteria>.

É relevante apontar que as denominações de linhas de crédito/produtos desenvolvidos por diferentes instituições financeiras podem assumir diferentes formatos e nomenclaturas que, muitas vezes, não refletem sua finalidade. Dessa forma, a ferramenta de enquadramento sustentável sintetiza as informações do portfólio em uma lista sem duplicatas para que o usuário preencha e classifique manualmente o potencial alinhamento de cada linha às categorias verdes e sociais.

Linhas de crédito alinhadas

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Acesso a serviços essenciais - Agricultura familiar
Plano ABC - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais e uso da terra

Para que o enquadramento das linhas de crédito/produtos aos GPB/SBP seja realizado corretamente, é preciso que os produtos das instituições estejam alinhados às finalidades das linhas de crédito.

É importante apontar que as **linhas de crédito/produtos analisados precisam apresentar apenas uma finalidade, de forma que uma linha de crédito apenas pode apresentar alinhamento a uma categoria.** Assim, linhas/produtos que sejam destinados a mais de uma atividade não deverão ser consideradas.

Linha de crédito não alinhada

Infraestrutura verde
Mobilidade Urbana
Energias Renováveis
Resíduos Sólidos

A linha hipotética "Infraestrutura verde" possui 3 subprogramas com diferentes finalidades, não verificando alinhamento com apenas uma categoria dos GPB/SBP.

» Porte do cliente

A informação de porte do cliente leva em consideração duas informações do portfólio das instituições financeiras incluídas no **Passo 1 – Inclusão da carteira**. A partir das informações de tipo de cliente, é possível identificar operações destinadas a pessoas jurídicas. Posteriormente, é analisado o faturamento bruto anual dos clientes (receita operacional bruta – ROB), segundo o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criado pela lei complementar nº 123/2006,¹⁷ sendo considerados faturamentos inferiores a 4,8 milhões de reais.

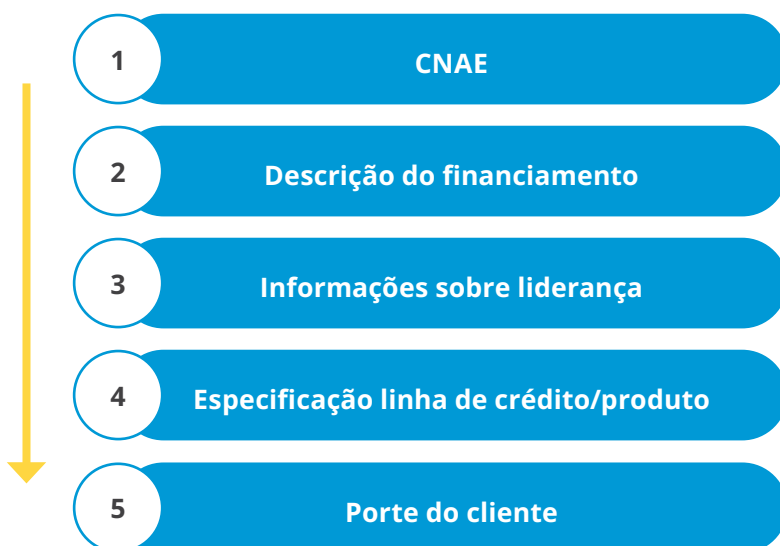
O parâmetro de análise de porte do cliente é diretamente relacionado à categoria dos *Social Bond Principles* “Geração de emprego – Financiamento de micro e pequenas empresas (MPE) e microcrédito”. Tal categoria considera que operações voltadas para as micro e pequenas empresas podem gerar impacto social positivo.

Nesse sentido, é certo que o tamanho do cliente pode, até certo nível, determinar seu nível de vulnerabilidade. Contudo, a partir dessa informação não é possível visualizar o impacto do financiamento para além do cliente. Para que as operações voltadas para micro e pequenas empresas verifiquem maior impacto social, a informação é combinada ao parâmetro de identificação de população vulnerável.¹⁸

Hierarquia de parâmetros da ferramenta

A identificação da finalidade dos recursos pode ser realizada através dos cinco parâmetros da ferramenta de forma ordenada (**Figura 13**). Para que a categorização seja realizada adequadamente, foi desenvolvida a hierarquia dos parâmetros de análise de forma que, na ausência de informação para o parâmetro com maior nível hierárquico, a análise segue para o próximo nível.

Figura 13 - Hierarquia de informações na ferramenta



¹⁷ A lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

¹⁸ Para que os financiamentos para micro e pequenas empresas configurem alinhamento aos GBP/GLP e SBP/SLP na ferramenta, é relevante que seja verificada a adicionalidade social, isto é, que os empreendimentos estejam localizados em municípios com população vulnerável identificada na etapa de definição de populações vulneráveis. A prática tem especial relevância para a etapa de SPO, garantindo a melhor prática de enquadramento às operações de MPEs.

Fonte: elaboração própria

Dessa forma, a partir da hierarquia de informações dos parâmetros captados pela ferramenta, caso uma operação apresente mais de uma possibilidade de enquadramento a categorias dos GBP/GLP e SBP/SLP, a ferramenta considerará a informação com maior nível hierárquico. Nesse sentido, no exemplo hipotético apresentado a seguir, caso uma pequena empresa, liderada por mulheres, que atua em CNAE de educação, seja analisada pela ferramenta, essa poderá ser classificada em três diferentes categorias dos GBP/GLP e SBP/SLP. No entanto, entendendo que o CNAE gera informações mais precisas e detalhadas a respeito da atividade da empresa, ela será classificada na categoria de “Acesso a serviços essenciais – Educação”.

Ex: Uma pequena empresa liderada por mulheres atua em CNAE de educação

Meio de identificação na ferramenta	Categorias GBP/GLP e SBP/SLP
CNAE: Divisão 85 - Educação	Acesso a serviços essenciais - educação
Liderança feminina: sim	Empoderamento e avanço socioeconômico – inclusão de gênero
Porte: pequena empresa	Geração de emprego – financiamento de micro e pequenas empresas (MPE)

Quatro passos da ferramenta

A metodologia de enquadramento de portfólio está consolidada em uma ferramenta automatizada em linguagem VBA, utilizando o Microsoft Excel. O usuário deve inserir informações em quatro passos para que a ferramenta faça o enquadramento e identifique o potencial lastro elegível em cada categoria dos GBP/GLP e SBP/SLP (Figura 14), como será mais bem explicado na PARTE III desta publicação.

Figura 14 - Quatro passos da ferramenta



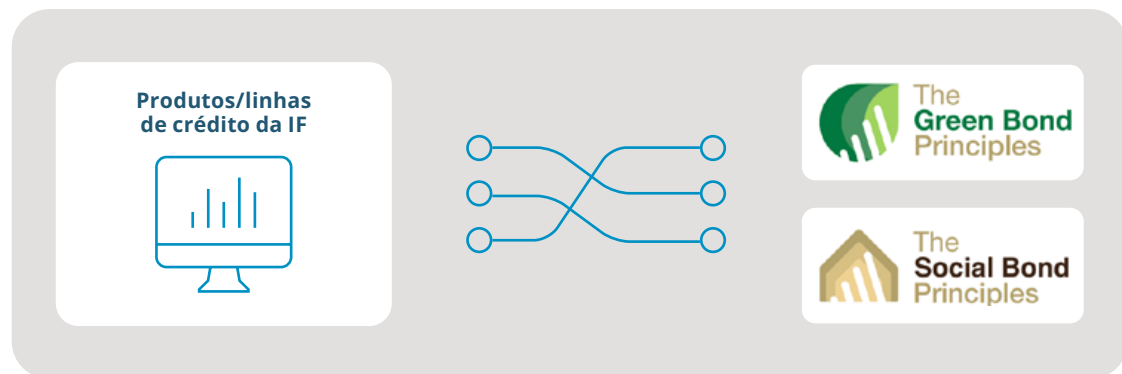
Fonte: elaboração própria

As informações de portfólio da IF serão inseridas na ferramenta no **Passo 1 – Inclusão da carteira**, na aba “Portfólio”. As informações requeridas no passo 1 são: número da operação, código da operação, data de contratação, código IBGE (Índice Brasileiro de Geografia e Estatística), tipo de cliente, faturamento anual, liderança feminina, código CNAE, descrição da operação, linha de crédito, valor contratado e *funding*.

Uma vez que não há um padrão único de como o portfólio de uma instituição financeira deve ser organizado, é possível que, em alguns casos, as informações de portfólio não estejam nos padrões descritos neste passo a passo. Nesses casos, é necessário que, previamente à inserção de informações na ferramenta, **seja necessário um tratamento na base de dados do portfólio da IF** para que haja adequação entre as informações inseridas pela IF e as informações requeridas pela ferramenta.

A partir das informações fornecidas pelo usuário da ferramenta no passo 1, será gerada uma lista de diferentes categorias socioambientais relacionadas àquelas operações no **Passo 2 – Identificação de produtos/linhas de crédito**. Essa lista definirá a identificação de impacto socioambiental positivo potencial para cada operação. Isso significa que, no passo 2, o **usuário poderá identificar o potencial alinhamento de produtos/linhas de crédito fomentadas pela instituição aos GBP/GLP e SBP/SLP** a partir da informação de produtos relacionados às operações. **Como cada IF opera linhas específicas e o nome dessas linhas, muitas vezes, não reflete sua finalidade**, a leitura automatizada pela ferramenta seria ineficiente. Por essa razão, a etapa é realizada de forma manual pelo usuário.

Figura 15 - Alinhamento de produtos aos GBP/GLP e SBP/SLP



Fonte: elaboração própria

Conforme apresentado, os princípios determinados pela ICMA e LSTA indicam que títulos de dívida e empréstimos que buscam impacto social positivo devem direcionar recursos para populações vulneráveis. A definição dessas populações pode variar dependendo do contexto local (ANBIMA, 2022). **Para as instituições financeiras que estão buscando mapear portfólios sustentáveis, uma forma de identificar vulnerabilidade é a utilização de índices ou indicadores de vulnerabilidade socioeconômica por recortes geográficos, como estado ou município no qual o cliente ou projeto financiado está localizado. Essa é uma informação de fácil alcance pelas IFs.**

No **passo 3 – definição de populações vulneráveis**, a metodologia elaborada permite que o usuário selecione, para cada categoria social, indicadores de vulnerabilidade social. São quatro indicadores já incluídos na ferramenta (**Figura 16**): Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) e Índice de oportunidades da educação brasileira (loeb), cujas informações podem ser verificadas no **Anexo 3 – Índices de população vulnerável**.

Figura 16 – Indicadores de vulnerabilidade geográfica



Fonte: elaboração própria

A ferramenta permite, ainda, que o usuário **insira um novo índice de vulnerabilidade numérico** para a identificação de população vulnerável. Dessa forma, o usuário poderá escolher o índice que melhor contempler o contexto social da região em que a instituição atua. Complementarmente aos índices disponíveis, é sugerida a inclusão do Índice de Vulnerabilidade Social,¹⁹ incluindo os dados municipais por meio dos passos detalhados em **Passo 3 – Definição de populações vulneráveis**.

No **Passo 4 – Definição de *Look-back period***, o usuário deve definir um *look-back period* para as operações. O *look-back period* consiste no **tempo definido de refinanciamento para uma operação**, isto é, quão antiga uma operação pode ser para que seja possível refinanciá-la junto a um lastro verde/social. Essa definição é crucial para o impacto socioambiental positivo da operação, uma vez que operações muito antigas, que não mais geram impacto socioambiental, podem ser refinanciadas com lastro verde/social, caso um período excessivamente longo seja definido. O *look-back period* proporciona, também, uma visão geral do portfólio por parte da instituição financeira. Assim, a ótica de análise a partir de um período limite de refinanciamento permite que a IF visualize o quão antigas são as operações que financia.

As instituições financeiras **não podem** captar recursos via emissão de títulos ou empréstimos temáticos ESG para alocar em **operações que já são financiadas por recursos advindos de repasse de outras instituições financeiras nacionais ou internacionais, ou de fundos**. Por isso, para identificar o lastro elegível, a ferramenta também observa o *funding* das operações em carteira, considerando apenas as operações financiadas com recursos próprios.

¹⁹ O índice de Vulnerabilidade Social é um índice disponibilizado pelo IPEA que avalia o grau de vulnerabilidade social de áreas do desenvolvimento humano (UDH) brasileiras através das dimensões infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. O índice está disponível para consulta em <http://ivs.ipea.gov.br/>

Visão final do portfólio sustentável

A metodologia de identificação de portfólios sustentáveis, consolidada em uma ferramenta padronizada, possibilita uma leitura direcionada da carteira da instituição, fornecendo o primeiro olhar sobre o impacto socioambiental positivo de operações após a conclusão dos quatro passos da ferramenta. O usuário poderá acessar as informações resultantes do enquadramento de operações através das abas “Lastro potencial” e “Dashboard”.

Na aba “**Lastro potencial**”, é possível verificar os **dados agregados**, observando a soma de valores das operações de toda a carteira enquadradas em cada uma das categorias dos GBP/GLP e SBP/SLP, assim como a soma das operações financiadas com recursos próprios enquadradas nas categorias disponíveis, apresentando o potencial lastro para a emissão de títulos. Na aba de “**Dashboard**”, o usuário poderá **analisar individualmente** as operações, observando a categoria final de enquadramento pela ferramenta.

Por meio dos dados agregados, é possível que a instituição analise a distribuição dos recursos, possibilitando o estudo de estratégias e políticas focadas em setores específicos. De forma complementar, a visão desagregada de operações possibilita o refinamento do enquadramento realizado pela ferramenta, favorecendo a análise individualizada por parte da instituição financeira.

A ferramenta contempla, adicionalmente, uma **lista não exaustiva de indicadores** que podem ser utilizados para reporte dos resultados obtidos e do impacto gerado pela utilização de recursos captados a partir da emissão de títulos rotulados. Indicadores são cruciais para o desenvolvimento ESG por diversas razões: incentivam as instituições a serem mais transparentes sobre seu desempenho socioambiental, auxiliam no acompanhamento do progresso em metas de sustentabilidade, reforçam a confiança de partes interessadas, dentre outras vantagens.

O intuito da tabela é auxiliar o usuário a partir da sugestão de indicadores de reporte alinhados ao Princípio 4 dos GBP/GLP e SBP/SLP (Relatórios), com fim estritamente consultivo. A ferramenta visa identificar os possíveis lastros verdes e sociais para emissão de títulos rotulados, de modo que a escolha de indicadores para reporte será realizada posteriormente à emissão.



Parte III: Manual de utilização da ferramenta

Metodologia de enquadramento na prática: passo a passo de utilização da ferramenta

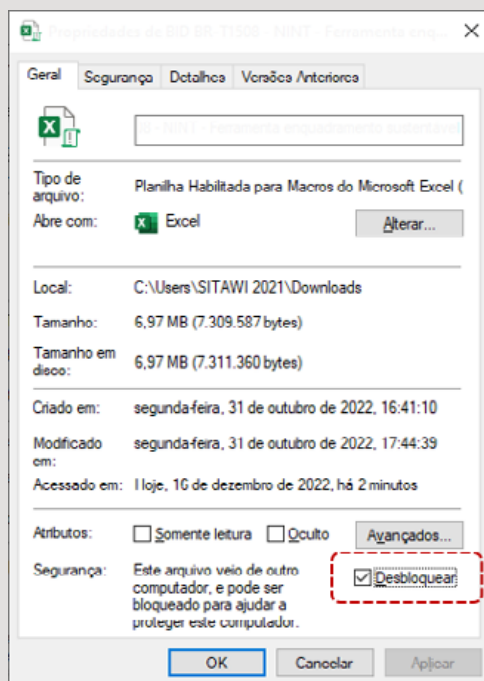
A metodologia de enquadramento sustentável foi consolidada em uma ferramenta de Excel automatizada, com o objetivo de superar o desafio de identificação de atividades e projetos com impacto socioambiental positivo em portfólios e estimular a emissão de títulos de uso de recursos por Instituições Financeiras (IFs).

A ferramenta de enquadramento sustentável pode ser encontrada em <https://greenfinancelac.org/>.

Essa ferramenta permite a análise do potencial enquadramento de operações sustentáveis, alinhada aos GBP/GLP e SBP/SLP da ICMA e da LSTA, por meio da inclusão de dados da instituição financeira usuária através de **quatro passos com manual de utilização** detalhado abaixo.

Posteriormente ao *download*, a instituição usuária deve desbloquear as funcionalidades antes de utilizar a ferramenta. Ainda no caminho escolhido para o *download*, é preciso clicar no arquivo com o botão direito do *mouse*, escolhendo a opção “Propriedades”. Após a ação, na janela *pop up*, o usuário deverá selecionar a opção “Desbloquear” (**Figura 1**).

Figura 1 – Tela de propriedades



Fonte: propriedades do Windows

Ao abrir a ferramenta, o usuário será direcionado para a **aba “Home”** (Figura 2), sendo possível iniciar os passos da ferramenta selecionando o botão “Iniciar”, acessar o tutorial da ferramenta através do botão “Instruções de uso” ou acessar a abordagem metodológica em “Metodologia”.

Figura 2 - Aba Home



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

A metodologia permite que cada instituição financeira usuária identifique, de maneira automática, o potencial lastro para a emissão de títulos de uso de recursos verde, social e/ou sustentável a partir de informações gerais de seu portfólio. A ferramenta tem interface direcionada, dividida em quatro passos, disponíveis na **aba “Iniciar”** (Figura 3).

Após a execução dos **quatro passos** da ferramenta, a instituição poderá acessar o valor de lastro potencial calculado, identificando a quantidade de operações e valores referentes a cada categoria dos GBP/GLP e SBP/SLP pelo botão **“Lastro potencial”**. No botão **“Resultados”**, será possível analisar individualmente a categorização realizada pela ferramenta, identificando quais parâmetros foram utilizados para cada operação, assim como a categoria correspondente.

Adicionalmente, a instituição poderá acessar as sugestões de indicadores de reporte, podendo ser utilizados para reporte dos resultados e do impacto gerado pela utilização dos recursos captados a partir da emissão de títulos para as categorias GBP/GLP e SBP/SLP. Isso significa que a ferramenta, além de auxiliar na identificação de produtos/linhas de crédito passíveis de lastro socioambiental, também indica possíveis formas de relatar o impacto gerado por essas operações – caso sejam futuramente incluídas em algum tipo de instrumento de dívida sustentável.²⁰ É relevante apontar que as sugestões apresentadas na ferramenta se referem a uma lista não exaustiva de indicadores, em linha com o Princípio 4 dos GBP/GLP e SBP/SLP (Relatórios).

²⁰ Indicadores e métricas são essenciais na prática das finanças sustentáveis: para entender a efetividade de práticas socioambientais, é necessário identificar o real impacto gerado por elas.

Figura 3 - Tela Iniciar



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Os passos devem ser executados em sequência, sendo necessária a conclusão do passo anterior para continuidade da operação. No **Passo 1 – Inclusão da carteira**, a instituição deverá incluir as operações em carteira que deseja analisar. No **Passo 2 – Identificação de produtos/linhas de crédito**, é possível identificar produtos/linhas de crédito operadas pela instituição que observam impacto socioambiental positivo. Para a avaliação do impacto social, é preciso que a instituição identifique o índice de população vulnerável desejado no **Passo 3 – Definição de populações vulneráveis**. Por fim, a instituição deverá realizar uma análise temporal de suas operações de modo a definir um período máximo de refinanciamento, isto é, definir o *look-back period*, no **Passo 4 – Definição de look-back period**.

Cada passo da ferramenta requer preparativos internos, sendo recomendada a **constituição de um grupo de trabalho**, envolvendo colaboradores da instituição, responsável pela organização de dados e estudo de materiais sugeridos. Essa mobilização interna é crucial para que a utilização da ferramenta se dê de maneira efetiva, uma vez que seu uso demanda diferentes informações que, muitas vezes, estão sob a responsabilidade de diferentes equipes na IF. Além disso, a curva de aprendizado da IF no processo de implementação da ferramenta – e, posteriormente, na elaboração de um instrumento de dívida sustentável – pode ser muito positiva para a instituição em si e para colaboradores de diferentes especialidades (**Tabela 1**).

Passo 1 – Inclusão da carteira



Preparativos

Organização de dados da carteira da instituição na ordem e formato especificados

Materiais necessários

Carteira ativa da instituição com informações individualizadas por operação

O passo 1 é essencial para que as IFs utilizem seus dados internos e os traduzam em informações pertinentes acerca da sustentabilidade de seus portfólios. Nesse passo, todos os insumos que serão lidos de forma automática pela ferramenta são disponibilizados pela instituição.

O preenchimento robusto do passo 1 possibilita o aumento do escopo de operações elegíveis ao lastro socioambiental. A **qualidade da análise** realizada pela ferramenta e, conseqüentemente, dos resultados dela, depende da **qualidade do preenchimento de informações**. O preenchimento das demais informações (para além do valor contratado) é opcional, mas elas são fundamentais para o enriquecimento da análise.

Para acessar o passo, o usuário deverá selecionar o botão correspondente ao **Passo 1 – Inclusão da carteira** (Figura 4).

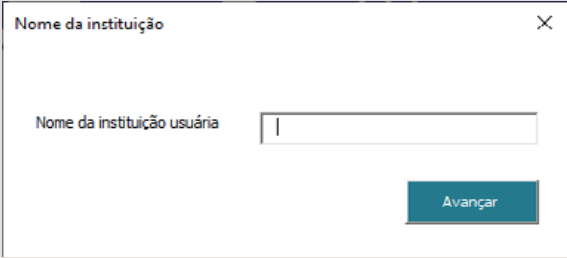
Figura 4 – Passo 1



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Posteriormente, deverá ser incluído o nome da IF usuária da ferramenta na janela *pop-up*, selecionando o botão avançar, para concluir a operação (Figura 5).

Figura 5 - Inserir nome da instituição



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

A tela de inclusão de dados da carteira deverá conter informações da carteira da instituição detalhadas por operação, seguindo a ordem estabelecida de informações nos formatos especificados (Figura 6). Os dados poderão ser incluídos através de preenchimento manual ou colagem de dados da área de transferência (Ctrl + v).

Figura 6 - Inclusão da carteira



Instituição										
Código da operação	Data de contratação (DD/MM/AAAA)	Código IBGE Município (Ex: 4303303)	Tipo de cliente (PF, PJ ou AP)	Faturamento anual	Liderança feminina (Sim ou Não)	Código CNAE (Ex: A011301)	Descrição da operação	Produto/Linha de crédito	Valor contratado	Funding (Repasso ou Recurso próprio)

Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

As informações para cada operação presente no portfólio da IF, necessárias para a realização do **passo 1**, são: código da operação, data de contratação, código IBGE, tipo de cliente, faturamento anual, informações sobre liderança feminina, código CNAE, descrição da operação, produto/linha de crédito, valor contratado e *funding*.

Código da operação

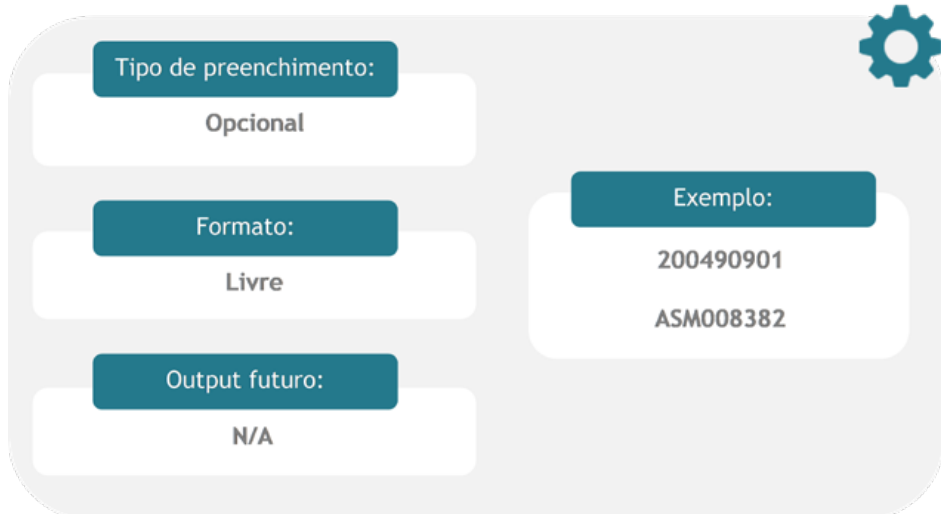


Diagrama de configuração para o código da operação, com um ícone de engrenagem no canto superior direito. O diagrama é dividido em duas colunas. A coluna da esquerda contém três seções: 'Tipo de preenchimento:' com o valor 'Opcional', 'Formato:' com o valor 'Livre', e 'Output futuro:' com o valor 'N/A'. A coluna da direita contém uma seção 'Exemplo:' com os valores '200490901' e 'ASM008382' listados um abaixo do outro.

O código da operação consiste em uma **codificação realizada pelas instituições financeiras para identificar cada operação**, podendo assumir diferentes formatos. A informação é solicitada visando o controle interno da instituição, de modo que a classificação numérica pré-estabelecida pela IF possa ser utilizada para análise individual do enquadramento na etapa de resultados.

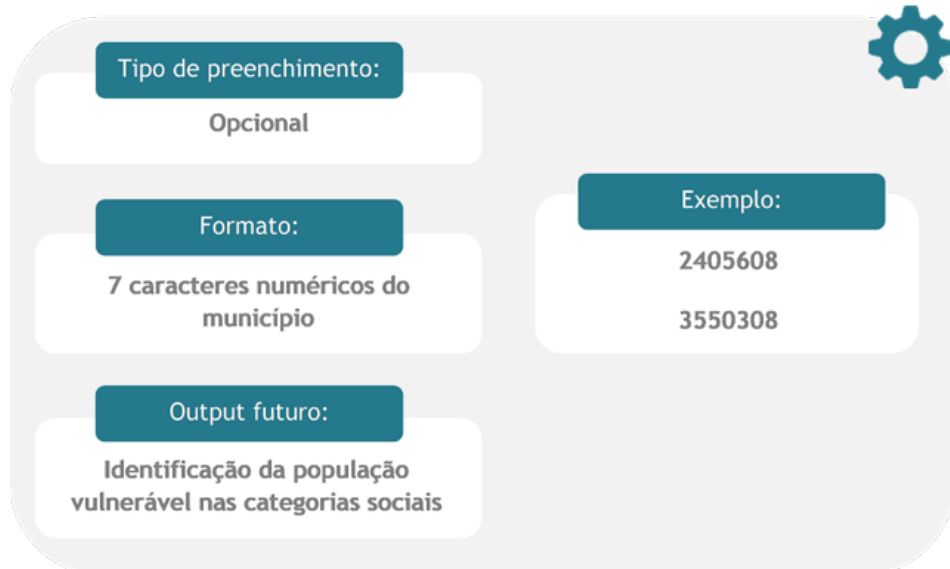
Data da contratação



Diagrama de configuração para a data da contratação, com um ícone de engrenagem no canto superior direito. O diagrama é dividido em duas colunas. A coluna da esquerda contém três seções: 'Tipo de preenchimento:' com o valor 'Opcional', 'Formato:' com o valor 'DD/MM/AAAA', e 'Output futuro:' com o valor 'Definição de look-back period'. A coluna da direita contém uma seção 'Exemplo:' com o valor '24/01/2000'.

A data de contratação da operação é um dado opcional que deve ser incluído no **formato especificado**. A informação é fundamental para o cálculo do lastro elegível para emissão com **look-back period**, pois, a partir da data de contratação, é **possível identificar o prazo das operações** em carteira.

Código IBGE Município



Tipo de preenchimento:
Opcional

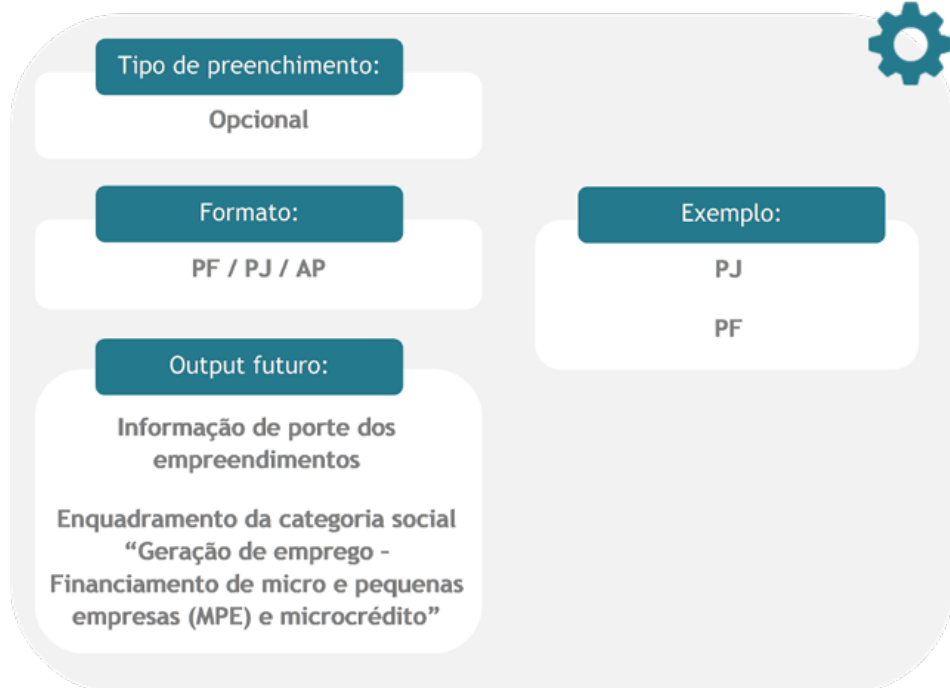
Formato:
7 caracteres numéricos do município

Exemplo:
2405608
3550308

Output futuro:
Identificação da população vulnerável nas categorias sociais

A informação do código IBGE se refere ao **código numérico** correspondente ao **município do empreendimento financiado**, devendo ser incluída no formato com **sete caracteres**. A informação é opcional, sendo fundamental para identificação da população vulnerável, em uma análise geográfica, nas categorias dos *Social Bond Principles* no [Passo 3 – Definição de populações vulneráveis](#).

Tipo de cliente



Tipo de preenchimento:
Opcional


Formato:
PF / PJ / AP

Exemplo:
PJ
PF

Output futuro:
Informação de porte dos empreendimentos
Enquadramento da categoria social
“Geração de emprego - Financiamento de micro e pequenas empresas (MPE) e microcrédito”

A informação do tipo de cliente identifica qual o perfil do cliente financiado, podendo ser categorizados como **pessoa física (PF)**, **pessoa jurídica (PJ)** ou **administração pública (AP)**. A informação será lida de forma automática e **combinada com a informação do faturamento anual**, auxiliando na identificação de clientes de micro e pequeno portes.

Faturamento anual



Tipo de preenchimento:
Opcional

Formato:
R\$ (valor monetário)

Output futuro:
Informação de porte dos empreendimentos
Enquadramento da categoria social
"Geração de emprego -
Financiamento de micro e pequenas empresas (MPE) e microcrédito"

Exemplo:
R\$ 400.000
R\$ 2.013.000

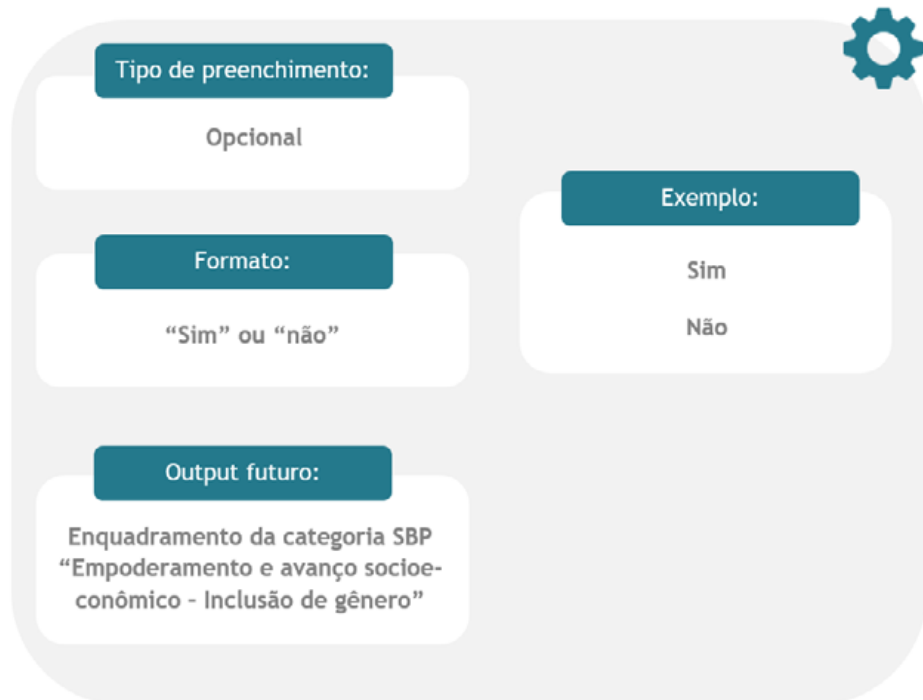
A informação do faturamento anual se refere ao **valor do faturamento bruto do cliente financiado no ano anterior à operação**. A informação, juntamente à informação do porte do cliente, auxilia na **identificação de MPEs**, utilizando como base o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criado pela Lei Complementar nº 123/2006.



Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Microempreendedor individual	Microempresa	Empresa de pequeno porte
Receita bruta anual até R\$81.000,00	Receita bruta anual igual ou inferior a R\$360.000,00	Receita bruta anual superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00

Liderança feminina



A informação de liderança feminina se refere a uma classificação opcional da própria instituição financeira para **identificação da existência ou não de liderança feminina** para cada operação. A informação deve ser incluída na ferramenta através da classificação como “Sim”, para operações cujos clientes apresentam liderança feminina e “Não”, se não houver.

Para que a **instituição financeira** determine se o **cliente possui liderança feminina**, é sugerido o uso do critério de liderança feminina de acordo com iniciativa [2X Challenge – Finance for Women](#), considerando empreendimentos que tenham liderança ou propriedade feminina, como mencionado na [PARTE II](#).



Código CNAE

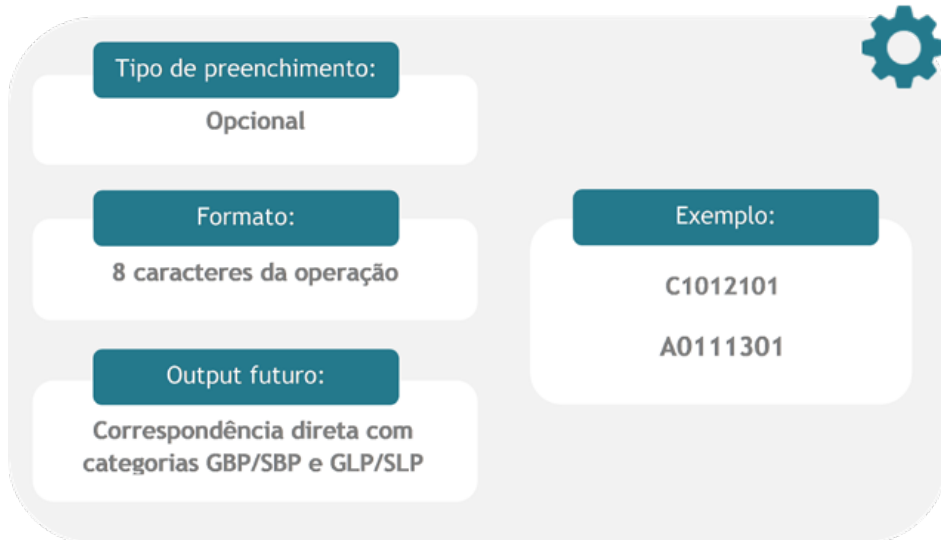


Diagrama de configuração para o código CNAE, apresentando as seguintes informações:

- Tipo de preenchimento:** Opcional
- Formato:** 8 caracteres da operação
- Output futuro:** Correspondência direta com categorias GBP/SBP e GLP/SLP
- Exemplo:** C1012101 e A0111301

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas é o instrumento de **padronização nacional das atividades econômicas brasileiras**, cuja categorização possui uma estrutura com cinco níveis hierárquicos segmentando as atividades conforme a seção, divisão, grupo, classe e subclasse.

A informação CNAE requisitada pela ferramenta deve ser organizada em **código alfanumérico** resultante da **combinação dos cinco níveis hierárquicos** da Classificação Nacional de Atividades Econômicas das operações ou clientes financiados. A informação será fundamental para identificação automática do alinhamento das atividades financiadas aos GBP/GLP e SBP/SLP, que pode ser consultada em [Instrumentos de dívida sustentáveis](#).

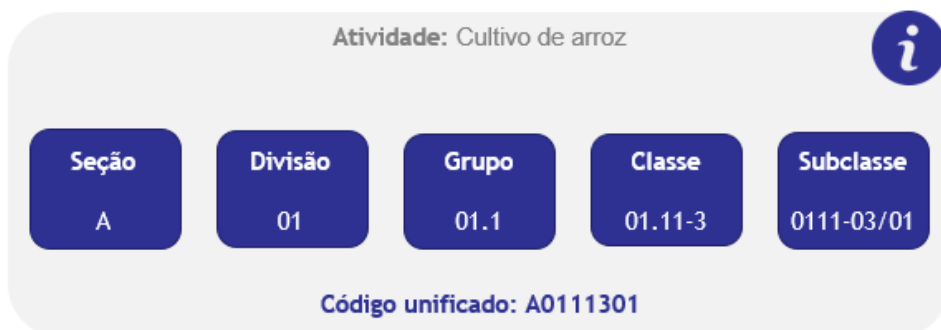


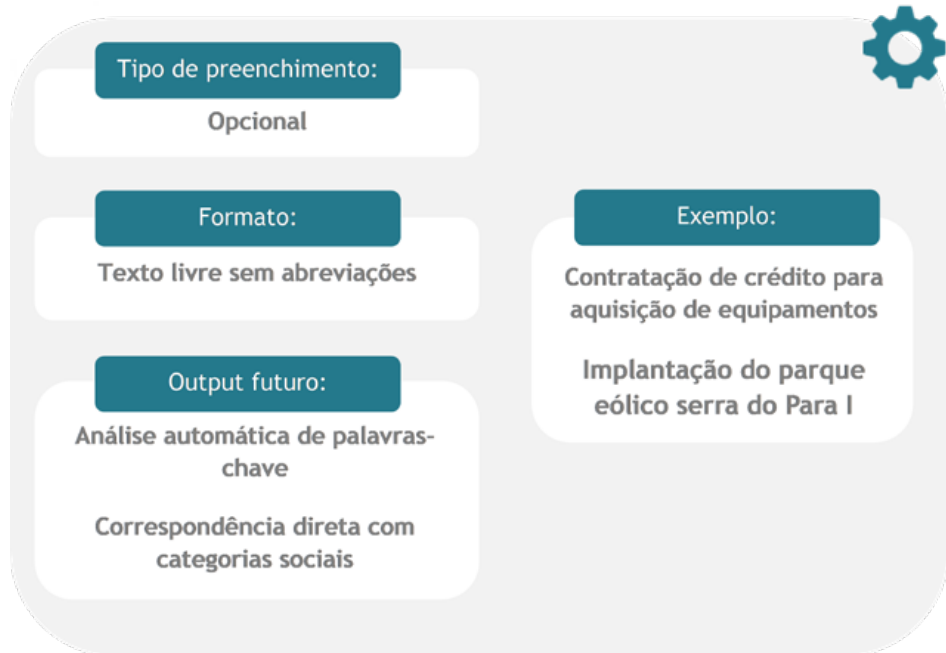
Diagrama de hierarquia de atividades para o exemplo "Cultivo de arroz".

Atividade: Cultivo de arroz

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Subclasse
A	01	01.1	01.11-3	0111-03/01

Código unificado: A0111301

Descrição da operação



Tipo de preenchimento:
Opcional

Formato:
Texto livre sem abreviações

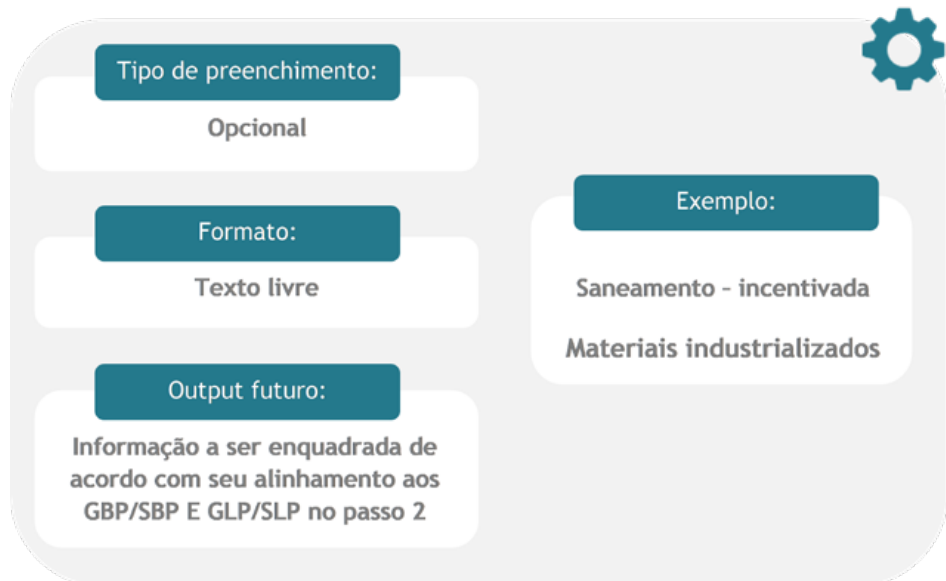
Output futuro:
Análise automática de palavras-chave
Correspondência direta com categorias sociais

Exemplo:
Contratação de crédito para aquisição de equipamentos
Implantação do parque eólico serra do Para I

A descrição das operações se refere ao **texto explicativo com informações detalhadas sobre as operações** financiadas pelas instituições financeiras. A descrição das operações é utilizada como método complementar de análise, captando automaticamente **palavras-chaves** que identificam o tipo de operação financiada. A descrição deve ser incluída em **formato de texto, sem abreviações**, para melhor leitura das informações.

A lista de palavras chaves captadas pela ferramenta pode ser consultada em [Anexo 2 – Palavras-chaves](#).

Produto/linha de crédito



Tipo de preenchimento:
Opcional

Formato:
Texto livre

Output futuro:
Informação a ser enquadrada de acordo com seu alinhamento aos GBP/SBP E GLP/SLP no passo 2

Exemplo:
Saneamento - incentivada
Materiais industrializados

A informação corresponde à **linha de crédito ou produto financeiro vinculado à operação financiada**. O dado será analisado manualmente pelo usuário no **Passo 2 – Identificação de produtos/linhas de crédito** de forma que, caso a instituição financeira já opere linhas temáticas com impacto socioambiental positivo, poderá **identificar o alinhamento aos GBP/GLP e SBP/SLP**.

A linha de crédito/produto é uma informação opcional que pode ser incluída no formato de preferência da instituição financeira.

Valor contratado

Diagrama de configuração para o campo "Valor contratado". O diagrama é dividido em seções de configuração e exemplos. No canto superior direito há um ícone de engrenagem. A seção de configuração contém:

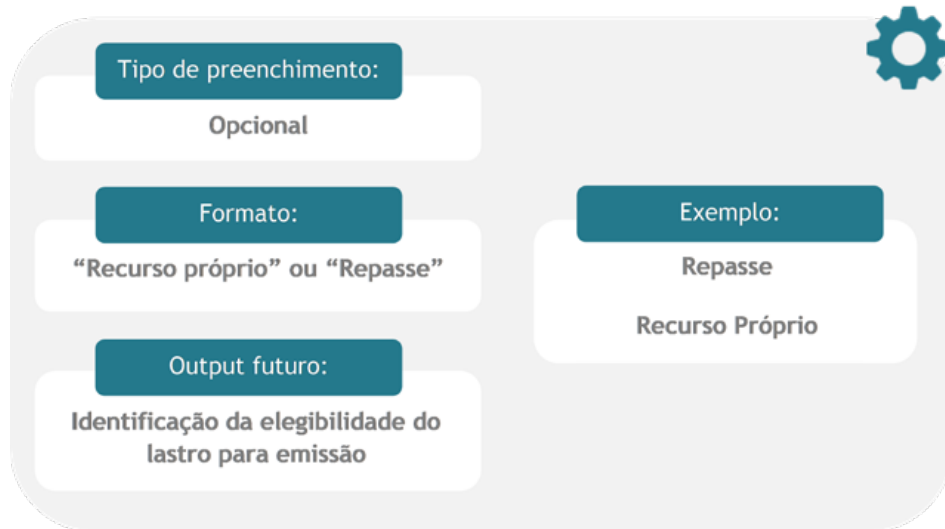
- Tipo de preenchimento:** Obrigatório
- Formato:** R\$ (valor monetário)
- Output futuro:** Valor para potencial lastro elegível em cada categoria dos GBP/GLP e SBP/SLP

A seção de exemplos contém:

- Exemplo:** R\$ 653.247
- R\$ 12.418.282

A informação do valor contratado é o único dado obrigatório da carteira a ser incluído na ferramenta, utilizado para a **soma** do valor contratado das **operações potencialmente alinhadas aos GBP/GLP e SBP/SLP**. Como resultado, serão apresentados os valores para **operações elegíveis a lastro**, sendo consideradas operações realizadas com recursos próprios dentro do *look-back period* estipulado. Adicionalmente, será apresentado o **valor total do portfólio** relacionado a operações com potencial alinhamento aos GBP/GLP e SBP/SLP.

Funding



Em alguns casos, uma operação pode utilizar recursos provenientes de uma operação com um banco de desenvolvimento ou estar associada a linhas de crédito públicas/nacionais, de forma que **apenas financiamentos realizados com recursos próprios podem ser utilizados para emissão de títulos temáticos**. A informação de *funding* será analisada automaticamente pela ferramenta, sendo consideradas apenas operações categorizadas como **“recurso próprio”** para identificação do lastro potencial.

No **passo 1**, o usuário deve inserir sua carteira de crédito ativa no formato de base de dados com os seguintes parâmetros detalhados por operação:

Código da operação	Data de contratação (DD/MM/AAAA)	Código IBGE (Ex: 4303103)	Tipo de cliente (PF, PJ ou AP)	Faturamento anual
Codificação interna da operação para IF	Data de contratação da operação	Código IBGE do município referente à operação financiada	Classificação como pessoa física, pessoa jurídica ou administração pública	Faturamento anual do empreendimento financiado

Liderança feminina (Sim ou Não)	Código CNAE (Ex: A0111301)	Descrição da operação	Produto/ Linha de crédito	Valor contratado	Funding (Repasse ou Recurso próprio)
O usuário determina se há ou não com base em critérios especificados*	CNAE da operação financiada	Texto explicativo detalhando a operação financiada	Nome do produto ou linha de crédito utilizado para a operação financiada	Valor monetário das operações financiadas	Origem do recurso utilizado para financiamento: através de “recurso próprio” ou “repasse”

Após a inclusão de dados da carteira, o usuário deverá concluir a operação selecionando o botão “Validar dados” localizado no menu superior da ferramenta ([Figura 7](#)).

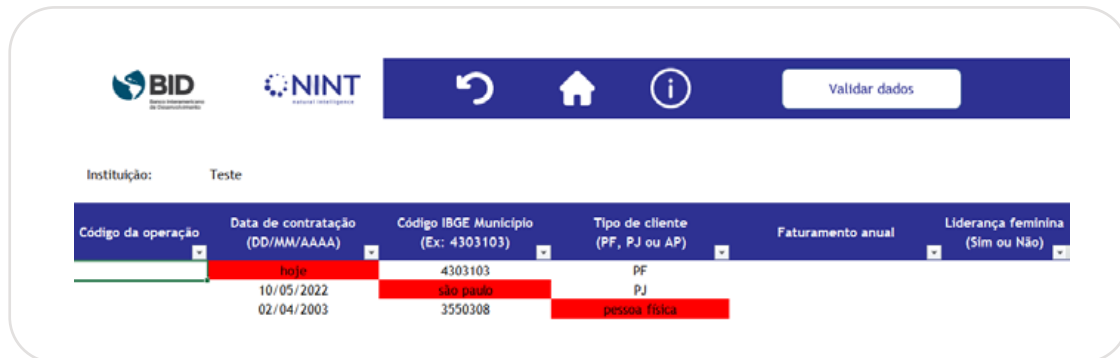
Figura 7 - Incluir dados da carteira



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

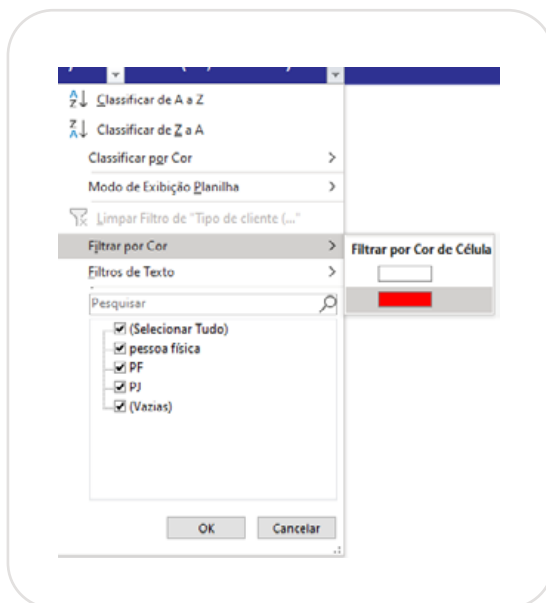
Em caso de divergência no formato de preenchimento de algum campo, a ferramenta identifica as células com erros através do preenchimento das células com cor vermelha (Figura 8).

Figura 8 - Identificação de células com erro



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

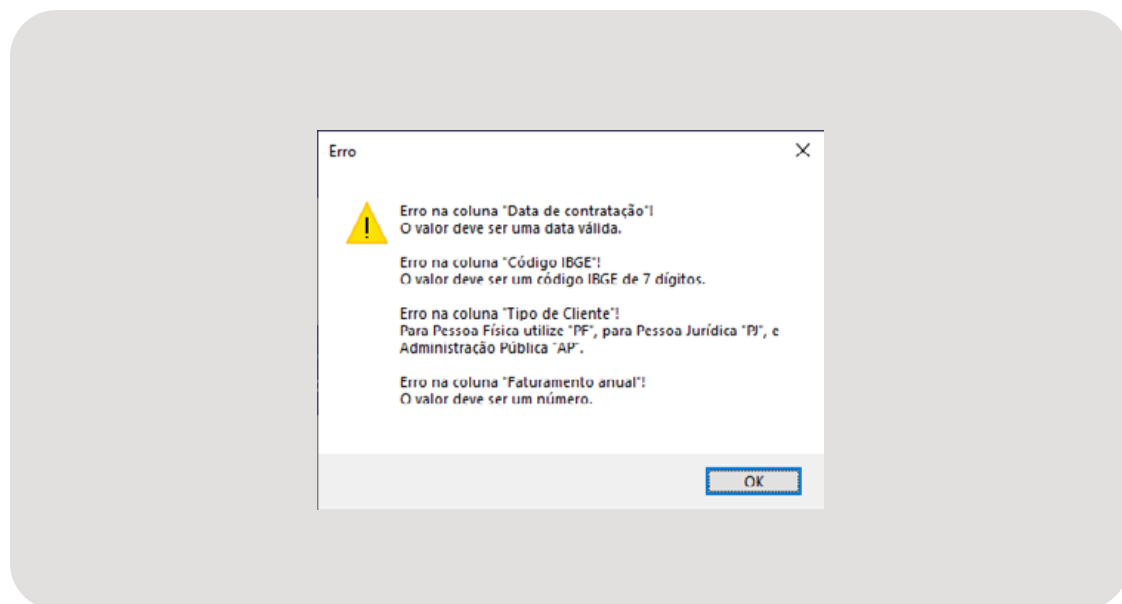
Figura 9 - Filtro de células com erro



Para identificação específica das células com erro, o usuário poderá filtrar por cor de célula, devendo selecionar a cor **vermelha** para verificar exclusivamente as células com erro na coluna filtrada (Figura 9).

Todas as colunas identificadas na tela de erro deverão ser revisadas, até que não sejam encontrados erros (Figura 10).

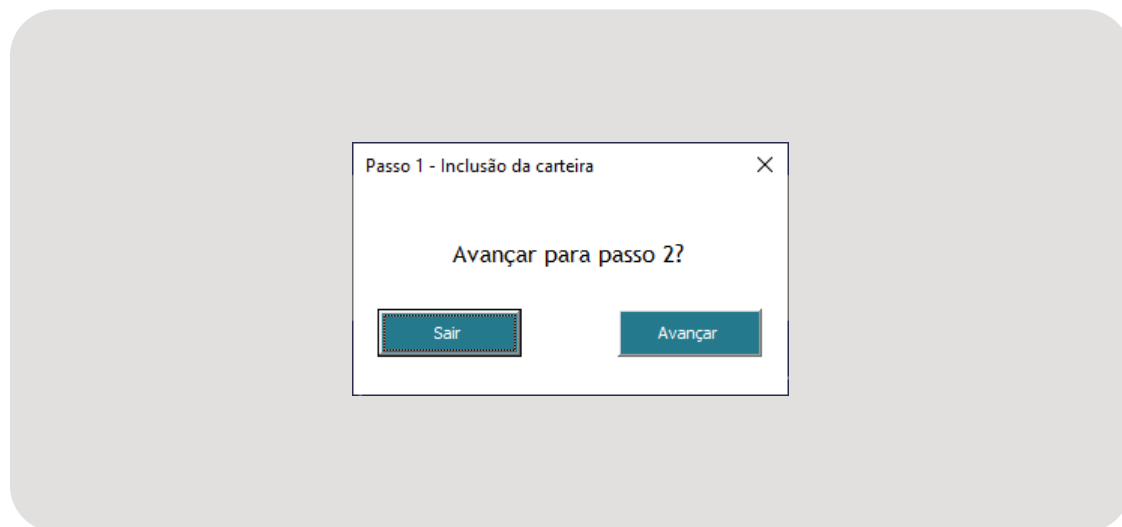
Figura 10 - Erro na inclusão de dados da carteira



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Após o preenchimento correto de todos os campos, o usuário deve selecionar o botão “Validar dados” para concluir o passo 1. As informações inseridas no passo 1 ficarão salvas, portanto, o usuário poderá escolher entre continuar os passos seguintes ou avançar para o **Passo 2** – Identificação de produtos/linhas de crédito. Dessa maneira, na janela *pop-up* (Figura 11), o usuário poderá selecionar o botão “Sair”, retornando para a tela inicial ou selecionar o botão “Avançar”, sendo direcionado para o **Passo 2 – Identificação de produtos/linhas de crédito**.

Figura 11 - Avançar para o passo 2



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Passo 2 – Identificação de produtos/linhas de crédito



Preparativos

Leitura dos projetos incluídos nos GBP/GLP e SBP/SLP

Análise dos produtos/linhas de crédito

Materiais necessários

Detalhamento dos empreendimentos contemplados pelos produtos/linhas de crédito oferecidos

As IFs operam **linhas de crédito e produtos financeiros** específicos que podem apresentar alto **impacto socioambiental positivo**, que, em muitos casos, já estão alinhadas às categorias dos GBP/GLP e SBP/SLP, principalmente Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IDFs). Para que esse alinhamento seja identificado, a ferramenta lista todas as linhas de crédito/produtos inseridos no passo anterior, possibilitando a análise da própria instituição financeira.



Para avaliar o enquadramento das linhas de crédito aos GBP/GLP e SBP/SLP, é preciso que a instituição entenda a finalidade das linhas de crédito/produtos oferecidos. Dessa forma, é **recomendada a leitura dos tipos de projetos incluídos nos Green Bond e Green Loan Principles, assim como nos Social Bond e Social Loan Principles** elencados em [Instrumentos de dívida sustentáveis](#).

Para iniciar o passo 2, o usuário deverá ter concluído o **Passo 1 – Inclusão da carteira**. Para verificar os passos finalizados, basta verificar a data de atualização na página “Iniciar”. Em caso de ausência da data de atualização, é possível inferir que o passo não foi concluído (Figura 12).

Figura 12 – Atualização dos passos



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

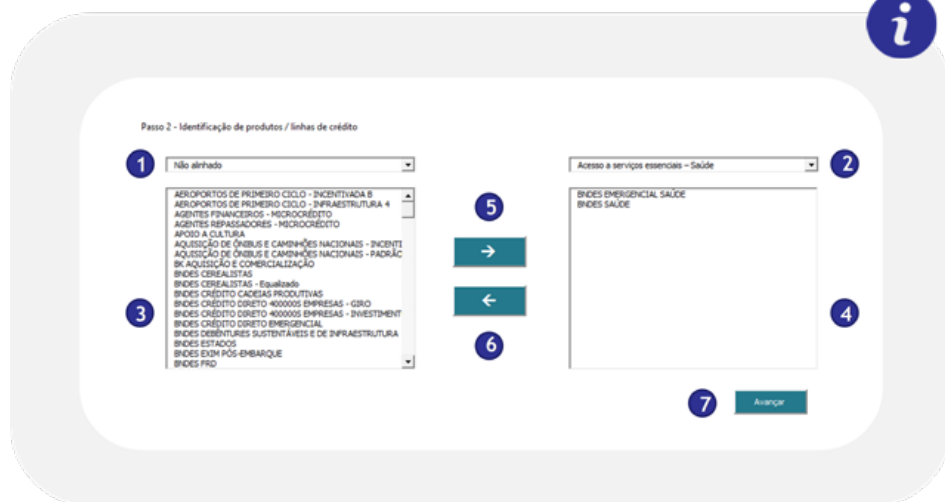
Para iniciar o passo 2, o usuário poderá selecionar o botão correspondente na tela “Iniciar” (Figura 13) ou continuar imediatamente após a conclusão do **Passo 1 – Inclusão da carteira**.

Figura 13 – Iniciar passo 2



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Ao iniciar o passo, será gerada a janela de identificação contendo a lista de produtos/linhas de crédito identificados na carteira da instituição (coluna “Linha de crédito/produto”). Os produtos ou linhas de crédito listados deverão ser analisados pelo usuário para avaliação de potencial alinhamento aos GBP/GLP e SBP/SLP.



1 - Caixa de seleção de origem: seleção dos GBP/GLP e SBP/SLP que o usuário deseja analisar

2 - Caixa de seleção de destino: seleção dos GBP/GLP e SBP/SLP que o usuário deseja alterar

3 - Lista de produtos de origem: lista dos produtos ou linhas de crédito verificados na carteira da instituição

O usuário poderá clicar em um ou mais produtos que se enquadram na categoria de destino.

4 - Lista de produtos de origem: lista dos produtos ou linhas de crédito enquadrados no GBP/GLP e SBP/SLP selecionado

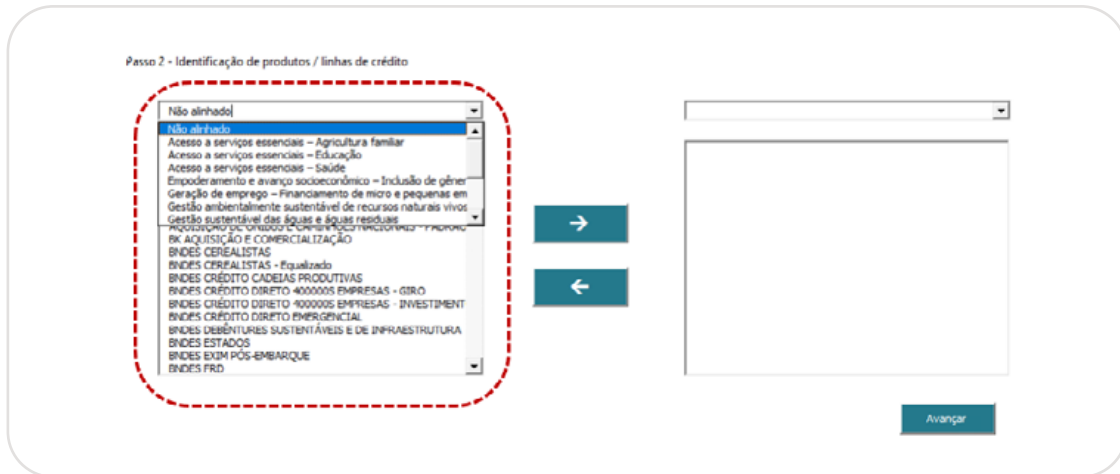
5 - Botão de classificação para direita: ao clicar no botão, o usuário identifica o alinhamento do produto/linha de crédito conforme categoria de destino

6 - Botão de classificação para esquerda: ao clicar no botão, o usuário identifica o alinhamento do produto/linha de crédito conforme categoria de origem

7 - Botão avançar: continua para o próximo passo

O passo será realizado manualmente pelo usuário na janela *pop-up*. As **linhas de crédito incluídas na carteira** da instituição (**Passo 1** – Inclusão da carteira) serão listadas inicialmente na categoria “**Não alinhado**”. O usuário deve identificar os produtos/linhas que já estão alinhados às diferentes categorias GBP/GLP e SBP/SLP. Cada linha/produto só pode ser associado à uma categoria (**Figura 14**).

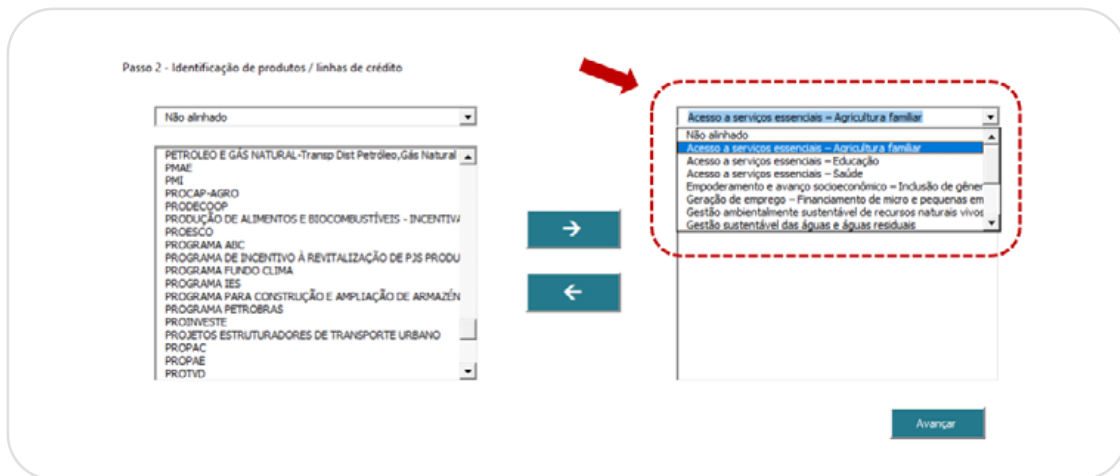
Figura 14 – Lista de linhas de crédito/produtos



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Na caixa de seleção de destino, o usuário deverá identificar em qual GBP/GLP e SBP/SLP deseja enquadrar as linhas, devendo realizar o **mesmo processo para cada categoria** (Figura 15).

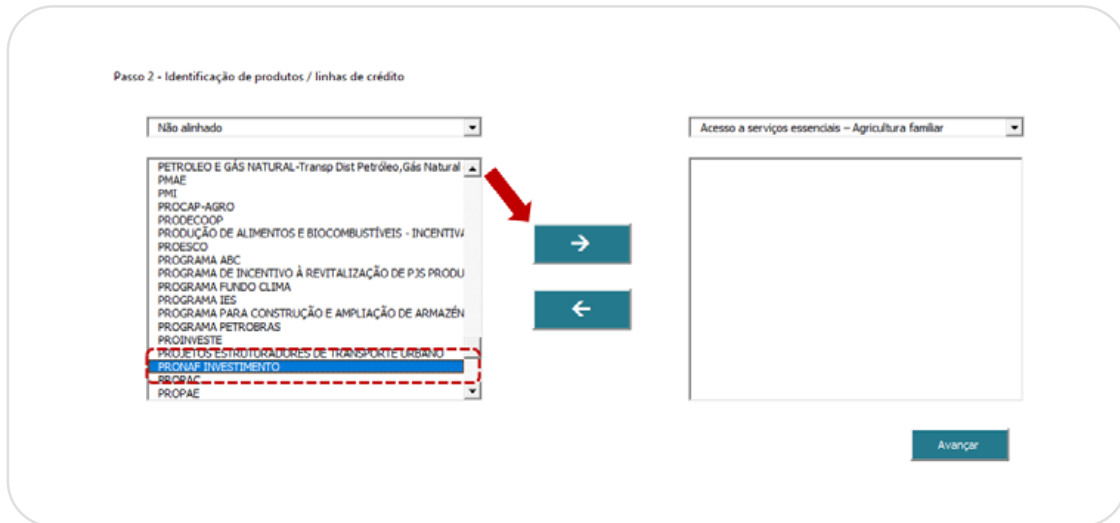
Figura 15 – Caixa de seleção de destino



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

O usuário deve **selecionar as linhas de crédito/produtos** que identifica alinhamento com a categoria de destino, confirmando a operação no **botão de classificação para a direita** (Figura 16).

Figura 16 – Classificação de linhas/produtos

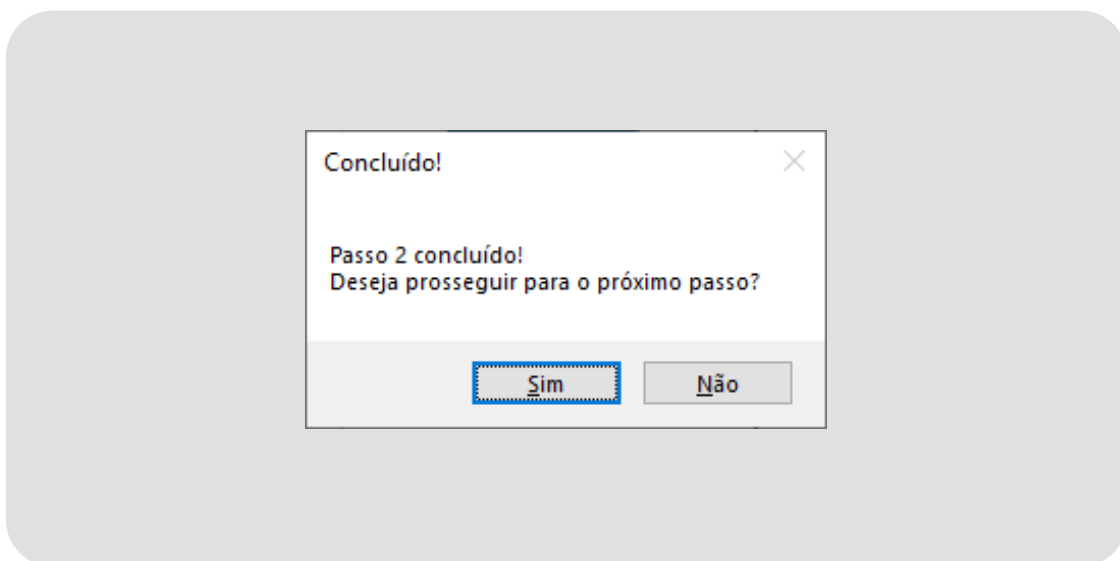


Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Para cancelar a classificação nos GBP/GLP e SBP/SLP de uma ou mais operações, o usuário deverá retornar à classificação da linha/produto para a categoria “Não alinhado”. Esse passo é útil para que a IF tenha a possibilidade de **ajustar manualmente** a classificação **automática** de linhas/produtos realizada pela ferramenta. É relevante apontar, portanto, que apenas as linhas com claro alinhamento aos GBP/GLP e SBP/SLP devem ser classificadas. Dessa forma, não é necessário alinhar manualmente todas as linhas/ produtos do portfólio da instituição, apenas aquelas que apresentem impacto socioambiental positivo e que não tenham sido previamente identificadas pela ferramenta.

Para concluir o passo 2, o usuário deverá selecionar o botão “Avançar” no canto inferior da tela *pop-up*. Após a conclusão, é possível continuar para o **Passo 3 – Definição de populações vulneráveis**, selecionando o botão “Sim” ou retornar para a tela “Iniciar”, selecionando “Não” (Figura 17).

Figura 17 – Conclusão do passo 2



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Passo 3 – Definição de populações vulneráveis



Preparativos

Estudo de índices socioambientais municipais que determinem a presença de população vulnerável nos territórios

Materiais necessários

Índice numérico municipal para definição de população vulnerável, caso tenha interesse de incluir novo índice

No caso de operações que buscam enquadramento em categorias sociais, é necessário, além de identificar a atividade/projeto, entender se há população vulnerável beneficiada. Isso ocorre pois, para que haja o financiamento de operações incluídas nessas categorias é preciso que a operação contenha impacto social positivo relevante, conforme abordado em quatro passos da ferramenta.

Para algumas categorias específicas (educação, saúde e MPE), é necessário também definir populações vulneráveis contempladas, sendo necessário identificar qual índice de vulnerabilidade social a instituição financeira deseja utilizar. A ferramenta possui índices pré-selecionados (IDHM, IDSus, Ioeb e PNDR) e, caso o usuário deseje, pode adicionar novo índice. Os índices pré-selecionados pela ferramenta são identificados de acordo com o código IBGE municipal da operação, de modo que cada localidade tem uma classificação diferente de acordo com os índices.

Após a conclusão do **Passo 2** – Identificação de produtos/linhas de crédito o usuário poderá iniciar imediatamente a definição de populações vulneráveis, ou continuar no momento de sua preferência selecionando o botão “Passo 3 – Definição de populações vulneráveis” através da tela “Iniciar” (**Figura 18**).

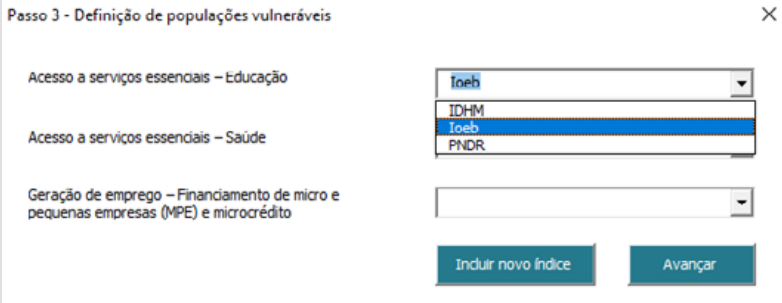
Figura 18 – Iniciar passo 3



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Para três categorias dos *Social Bond Principles* (SBP), é necessário determinar uma população vulnerável alvo. Para a seleção, a ferramenta disponibiliza os índices IDHM, IDSUS, Ioeb e PNDR (Figura 19). Para obter mais informações sobre os índices, consultar [Quatro passos da ferramenta](#).

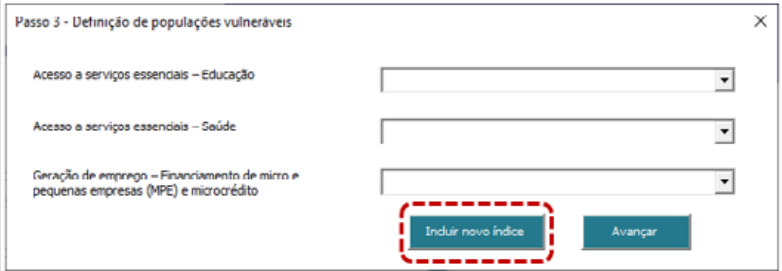
Figura 19 – Definir populações vulneráveis



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

O usuário deverá selecionar o índice de vulnerabilidade desejado ou incluir novo índice numérico municipal selecionando o botão “Incluir novo índice” (Figura 20).

Figura 20 – Incluir novo índice de populações vulneráveis



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Para inclusão de novo índice, será gerada uma nova aba com duas colunas obrigatórias (Figura 21). Na primeira coluna, deverá ser incluído o código IBGE do município classificado e, à direita, o valor numérico correspondente à classificação no índice.

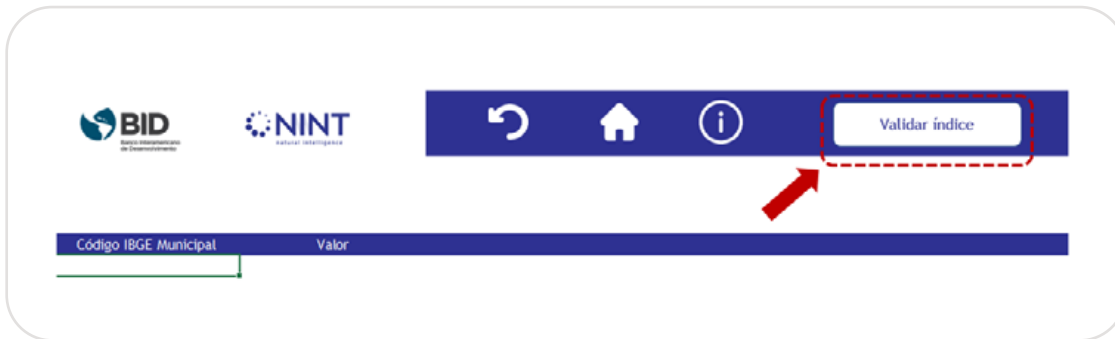
Figura 21 – Incluir novo índice numérico



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Após a inclusão dos dados municipais, o índice deve ser validado através do botão “Validar índice” localizado no menu superior da ferramenta (Figura 22).

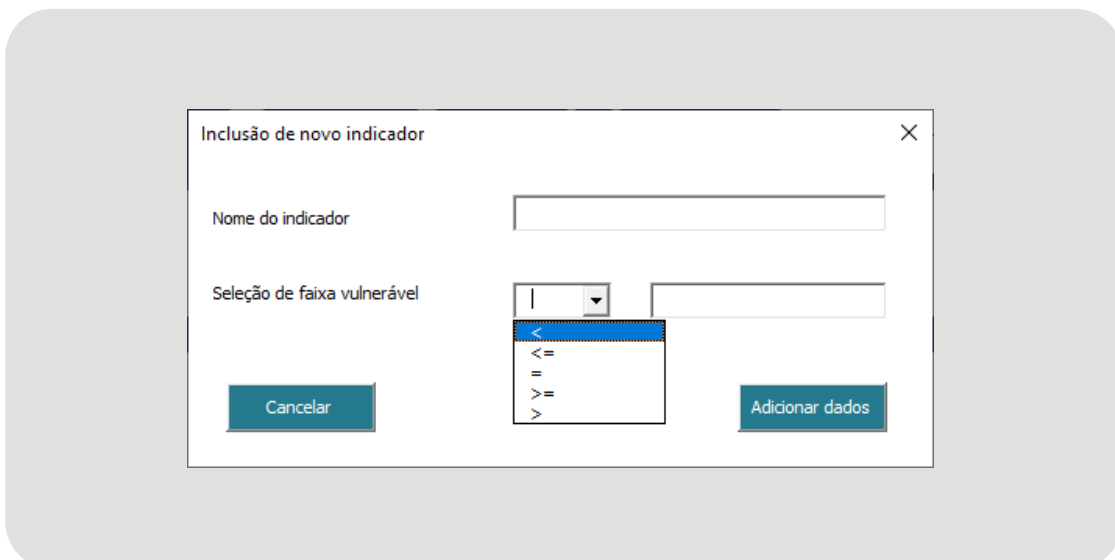
Figura 22 – Validar índice



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Para validação, o índice deve ser nomeado no campo “Nome do indicador” e, posteriormente, selecionada a faixa de vulnerabilidade, isto é, em qual intervalo numérico estão classificados os municípios onde há população vulnerável (Figura 23).

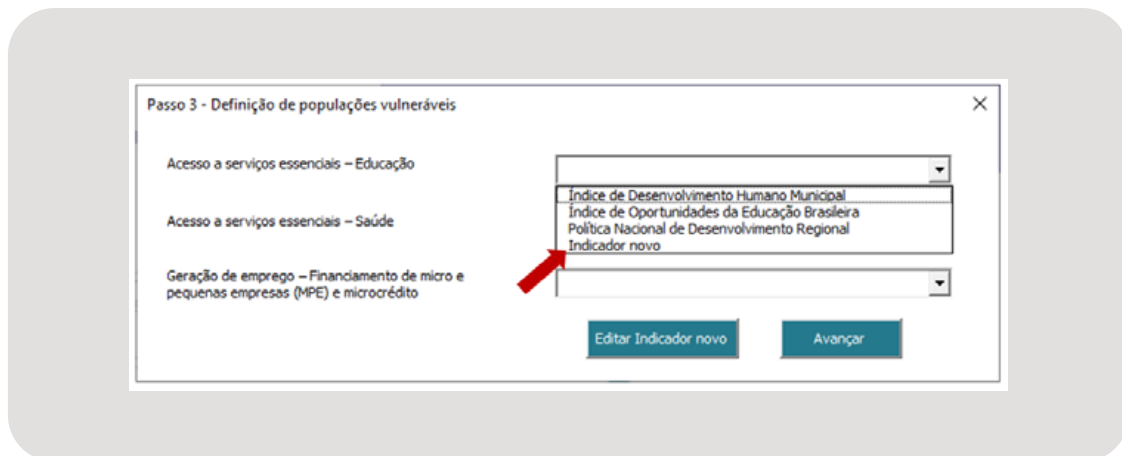
Figura 23 – Validação do novo índice



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Após a validação, o usuário deverá “Adicionar dados” e retornar para a tela de definição de populações vulneráveis, assim, podendo selecionar os índices disponibilizados pela ferramenta, assim como o novo indicador incluído (Figura 24).

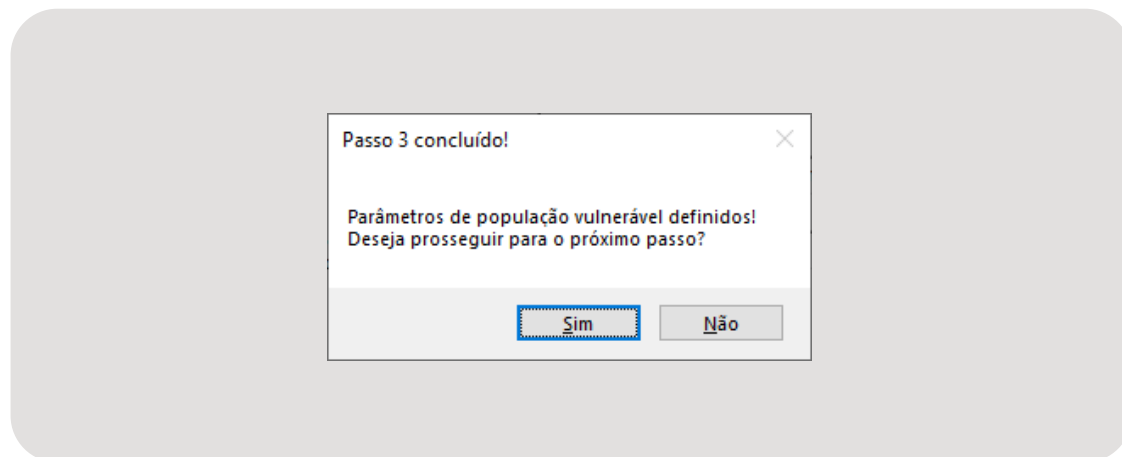
Figura 24 – Definir populações vulneráveis com novo índice



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Após a seleção dos índices de população vulnerável, o usuário poderá continuar para preenchimento do Passo 4 – Definição de *look-back period*, selecionando o botão “Sim” ou concluir a operação e voltar para a tela “Iniciar”, selecionando “Não” (Figura 25).

Figura 25 – Conclusão do passo 3



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Passo 4 – Definição de *look-back period*



Preparativos

Avaliação do prazo para refinanciamento de operações

Materiais necessários

Data de contratação de operações financiadas com recursos próprios

O *look-back period* consiste no tempo definido de refinanciamento para uma operação, isto é, o quão antiga uma operação pode ser para que seja possível refinanciá-la junto a um lastro verde/social, sendo crucial para o impacto socioambiental positivo da operação.

Para definição do *look-back period*, os passos **1 – Inclusão da carteira**, **Passo 2 – Identificação de produtos/linhas de crédito** e **Passo 3 – Definição de populações vulneráveis**, devem ter sido previamente concluídos (Figura 26).

Figura 26 – Passos concluídos



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Para iniciar a definição de *look-back period*, é possível selecionar o botão “**Passo 4 – Definição de *look-back period***” na tela “Iniciar” ou continuar ao final do **Passo 3 – Definição de populações vulneráveis** (Figura 27).

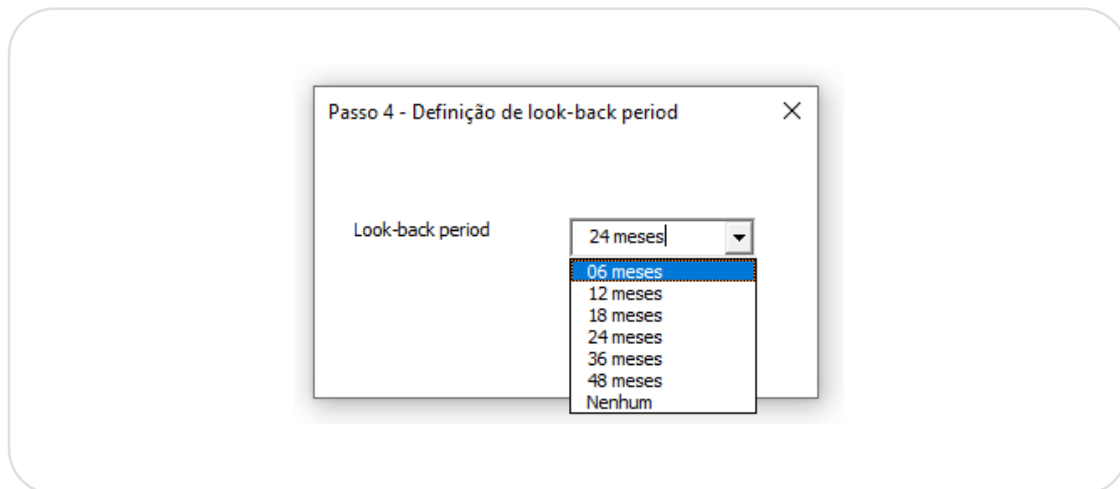
Figura 27 – Iniciar passo 4



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Através da tela *pop-up*, o usuário deverá definir o *look-back period* desejado, optando por **6 meses, 12 meses, 18 meses, 24 meses, 36 meses, 48 meses** ou **nenhum** (Figura 28). O período definido como “nenhum” desconsidera o *look-back period*, incluindo todas as operações, independentemente da data de contratação.

Figura 28 - Definição de *look-back period*



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

É relevante apontar que a definição do *look-back period* se refere a uma **boa prática de mercado** e é **altamente recomendado** que seja definido um período de **6 a 24 meses**, dado que IFs **não devem** refinarçar com recursos de instrumentos temáticos operações que tiveram início há muitos anos. Isso ocorre porque há chance de o impacto socioambiental positivo gerado por essas operações não mais existir – ou estar consideravelmente reduzido. Assim, para garantir a efetividade do impacto das operações financiadas, é necessário evitar o financiamento de operações demasiadamente antigas.

Resultados

Após a conclusão dos quatro passos da ferramenta, o usuário poderá acessar os resultados do enquadramento de operações agregados por categorias dos GBP/GLP e SBP/SLP através da aba **“Lastro potencial”**. A aba pode deverá ser acessada a partir da tela **“Iniciar”** (Figura 29).

Figura 29 - Acessar lastro potencial



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Os resultados dispostos na coluna intitulada **“carteira total”** consideram todas as operações em carteira, sendo apresentada a quantidade e soma de valores das operações enquadradas em cada categoria dos GBP/GLP e SBP/SLP. Na coluna de **“lastro elegível para emissão”** são consideradas apenas operações com recursos próprios contratadas dentro do *look-back period* definido pela instituição no **Passo 4** (Figura 30).

Figura 30 – Tabela de lastro potencial

Os resultados dispostos em **“Carteira total”** consideram todas as operações em carteira.

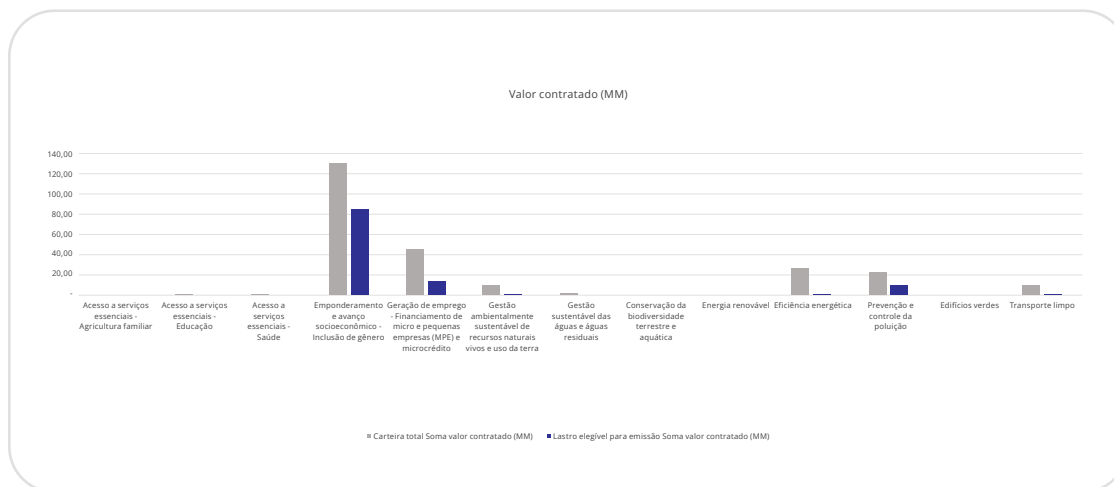
O lastro elegível para emissão analisa apenas operações com recursos próprios contratadas dentro do *look-back period* definido pela instituição no Passo 4.

GBP/SBP	Categorias	Carteira total		Lastro elegível para emissão	
		Qtz operações	Soma valor contratado (MM)	Qtz operações	Soma valor contratado (MM)
SBP	Acesso a serviços essenciais - Agricultura familiar	-	-	-	-
SBP	Acesso a serviços essenciais - Educação	5	1,50	1	0,01
SBP	Acesso a serviços essenciais - Saúde	5	0,99	-	-
SBP	Empoderamento e avanço socioeconômico - Inclusão de gênero	642	130,02	198	84,83
SBP	Geração de emprego - Financiamento de micro e pequenas empresas (MPE) e microcrédito	220	45,60	150	13,35
GBP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	12	10,36	2	1,58
GBP	Gestão sustentável das águas e águas residuais	15	2,01	1	0,86
GBP	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática	-	-	-	-
GBP	Energia renovável	-	-	-	-
GBP	Eficiência energética	10	26,63	1	1,13
GBP	Prevenção e controle da poluição	23	22,43	12	9,31
GBP	Edifícios verdes	2	0,01	-	-
GBP	Transporte limpo	10	10,27	3	1,38
	Soma	944	249,87	368	113,05

Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Na aba de “lastro potencial”, o usuário também pode visualizar os dados agregados do enquadramento de operações graficamente abaixo da **tabela de lastro potencial** (Figura 31).

Figura 31 - Gráfico de lastro potencial



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Para a visualização dos dados desagregados por operações, o usuário poderá acessar a aba “Dashboard” através da tela “Iniciar” (Figura 32).

Figura 32 - Acessar dashboard



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Na aba de dashboard, o usuário poderá visualizar a categoria de enquadramento para cada operação da carteira analisada. A tela tem interface interativa, possibilitando a seleção da categoria dos GBP/GLP e SBP/SLP que pretende analisar, assim como o método de enquadramento final utilizado pela ferramenta (Figura 33).

Figura 33 - Dashboard



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

De forma complementar e independente da análise do enquadramento de operações, a ferramenta contempla uma lista não exaustiva de indicadores que podem utilizados para reporte dos resultados obtidos e do impacto gerado pela utilização de recursos captados a partir da emissão de títulos rotulados. A lista pode ser acessada através da tela “Iniciar”, selecionando “sugestão de indicadores de reporte” (Figura 34).

Figura 34 - Acessar indicadores de reporte



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

Os indicadores de reporte sugeridos são apresentados conforme os GBP/GLP e SBP/SLP e a categoria de referência, podendo ser utilizado para resultado ou impacto, o nome do indicador e a unidade de medida (Figura 35).

Figura 35 - Sugestão de indicadores de reporte



Fonte: ferramenta de enquadramento sustentável

A vibrant blue and red macaw is captured in flight, its wings fully extended, showcasing a spectrum of colors including blue, yellow, and red. The bird is positioned on the right side of the frame, flying towards the left. The background is a dense, lush green forest with various types of trees and foliage, creating a rich, natural setting. A semi-transparent blue banner is overlaid on the left side of the image, containing the text 'Conclusões e recomendações' in white.

Conclusões e recomendações

O esforço conjunto do BID e da NINT para enfrentar o desafio de identificar portfólios sustentáveis é um marco significativo. Essa etapa é essencial para que as Instituições Financeiras possam **emitir títulos sustentáveis** e se alinhar com as **melhores práticas internacionalmente reconhecidas**. Espera-se que a ferramenta seja utilizada pelas instituições usuárias com eficácia, promovendo a **internalização do tema de finanças sustentáveis** e promovendo a evolução nesse campo.

Foi desenvolvida uma metodologia padrão que permite a **aplicação em todas as IFs**, garantindo, ao mesmo tempo, a **flexibilidade necessária para acomodar suas particularidades individuais**. A ferramenta apresenta uma estrutura de fácil acesso, em formato de planilha em Excel para uso amplo para todas as IFs, acompanhada de um passo a passo detalhado.

O enquadramento realizado pela ferramenta se refere a uma análise automática, com baixa intervenção do usuário. Por essa razão, **é crucial que a instituição promova uma avaliação posterior**, visando aprimorar a assertividade da análise. Os resultados obtidos pela ferramenta podem auxiliar as IFs a avaliar o impacto socioambiental positivo de seu portfólio, assim como facilitar a adequação à melhores práticas internacionalmente adotadas.

É relevante apontar que a metodologia **não captura riscos e impactos sociais, ambientais e climáticos das operações**, estando voltada exclusivamente para capturar a finalidade das atividades financiadas. Nesse sentido, recomenda-se que a instituição compreenda a metodologia desenvolvida como um **instrumento integrado a outras iniciativas socioambientais**.

Vale ressaltar que o exercício de enquadrar operações do portfólio nas categorias verdes e sociais precisa estar **alinhado a uma estratégia ESG** mais ampla por parte da IF (**Figura 11**). É interessante que as instituições financeiras identifiquem operações com impacto socioambiental positivo em seus portfólios que possam compor o lastro de instrumentos de dívida sustentáveis, mas é importante alinhar sua estratégia e desenvolver capacidades e processos internos de monitoramento.

Figura 11 – Capacidades e recursos internos para a estruturação de instrumentos de dívida sustentáveis.

Antes de realizar a captação via instrumento de dívida sustentável, é interessante que as instituições financeiras identifiquem operações com adicionalidade socioambiental em seus portfólios que possam compor o lastro do instrumento



É importante alinhar a estratégia de captação da IF, via instrumentos de dívida sustentáveis, com estratégia de negócios



É necessário desenvolver capacidade e processos internos para enquadrar as operações com características verdes/ sociais na carteira



É essencial desenvolver capacidade e processos internos para monitorar resultados e impactos positivos das operações enquadradas como verdes/sociais

A partir desse conhecimento interno, a IF também pode avaliar o alinhamento de suas ações à sua estratégia: se pretende iniciar um projeto de incentivo à infraestrutura sustentável, por exemplo, é importante que determinado volume de sua carteira esteja relacionado com projetos que promovam: edifícios verdes, energia renovável, gestão sustentável de água e esgoto. Sendo assim, esse tipo de iniciativa também serve ao propósito de engajar a IF e sua equipe interna em questões socioambientais de forma geral.



Referências bibliográficas

ADACHI, Vanessa. **O que são os green bonds? O ABC da dívida ESG.** Capital Reset. Setembro, 2021. Disponível em: <https://www.capitalreset.com/o-que-sao-os-green-bonds-o-abc-da-divida-esg/>. Acesso em: 9 dez 2022.

ANBIMA. **Mercado de capitais:** caminho para o desenvolvimento. Outubro, 2018. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/mercado-de-capitais-caminho-para-o-desenvolvimento.htm. Acesso em: 9 dez 2022.

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). **Guia para Oferta de Títulos ESG:** melhores práticas para emissão e oferta pública de títulos de renda fixa relacionados a finanças sustentáveis. Dezembro, 2022. Disponível em: [GUIA_PARA_OFERTAS_DE_TITULOS_ESG.pdf \(anbima.com.br\)](https://www.anbima.com.br/guia-para-ofertas-de-titulos-esg.pdf). Acesso em: 9 dez 2022.

BID Invest. **Financiando a Sustentabilidade por meio dos Mercados de Capitais:** Guia Prático para Emissores de Títulos Temáticos. 2021. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/36/80/0C/B2/2B33A710455571A7882BA2A8/Guia%20Pratico%20para%20Emissores%20de%20Titulos%20Tematicos.pdf>. Acesso em: 8 dez 2022.

BNDES assina acordo com CBI para promover a atração de investimentos sustentáveis no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-assina-acordo-com-cbi-para-promover-a-atracao-de-investimentos-sustentaveis-no-brasil>. Acesso em: 10 mar 2023.

BRITO, Renata; GONZALEZ, Lauro. **Finanças sustentáveis.** Publicado por: FGV-EAESP, GVexecutivo, vol. 6, nº6, p. 41 – 45, novembro/dezembro, 2007.

Climate Bonds Initiative (CBI). **América Latina e Caribe:** Análise de mercado das finanças verdes 2019. Julho, 2019. Disponível em: https://www.climatebonds.net/files/reports/latam_sotm_19_por_final_01_web.pdf. Acesso em: 13 dez 2022.

Climate Bonds Initiative (CBI): Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes (IBFV) dá início às atividades em 2020. 2020. Disponível em: <https://www.climatebonds.net/2020/02/iniciativa-brasileira-de-financas-verdes-ibfv-d%C3%A1-in%C3%ADcio-%C3%A0s-atividades-em-2020>. Acesso em: 8 mar 2023.

International Capital Market Association (ICMA). **Pre-issuance Checklist for Green Bonds/Green Bond Programmes.** Junho, 2022. Disponível em: https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2022-updates/Pre-Issuance-checklist-Green-Bonds_June-2022-280622.pdf. Acesso em: 9 dez 2022.

KNOCH, Matthias; VAN DER PLASKEN, Colin; SILVEIRA JR., Alvaro A. F. **O mercado de finanças sustentáveis no Brasil em 2022:** produtos, tendências, perspectivas e vozes do mercado. Publicado por: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. 2022.

LAYCOCK, Anna. **The impact of financial institutions on communities.** Co-op News. Reino Unido, fevereiro, 2015. Disponível em: <https://www.thenews.coop/93775/sector/the-impact-of-financial-institutions-on-communities/>. Acesso em: 9 dez 2022.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Histórico ODS**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/informacoes-ambientais/historico-ods>. Acesso em: 19 maio 2023.

Nações Unidas. **Acordo de Paris sobre o Clima**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>. Acesso em: 19 maio 2023.

Onu Mulheres. Adis Abeba: Países alcançam acordo histórico para financiar nova agenda de desenvolvimento da ONU. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/adis-abeba-paises-alcancam-acordo-historico-para-financiar-nova-agenda-de-desenvolvimento-da-onu/>. Acesso em: 23 maio 2023.

Secretaria Especial de Articulação Social. **Seminário Políticas de Crédito e Financiamento**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zAQO8j9l4Xw>. Acesso em: 23 maio 2023.

UN Climate Change Learning Partnership (UN CC: Learn). **Introduction to Sustainable Finance. 2021**. Disponível em: <https://unccelearn.org/course/view.php?id=139&page=overview>. Acesso em: 01 jun 2022.

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). **The Kyoto Protocol mechanisms: international emissions trading clean development mechanism joint implementation**. 2010. Disponível em: https://cdm.unfccc.int/about/cdm_kpm.pdf. Acesso em: 9 dez 2022.

An aerial photograph of a vast solar farm. The solar panels are arranged in neat, parallel rows across a green field. The sun is low on the horizon, creating a warm, golden glow over the entire scene. The sky is filled with soft, orange and yellow clouds. In the distance, a small town or village is visible. A large, semi-transparent white shape is overlaid on the right side of the image.

Anexo 1 – Informações analisadas

GBP/GLP e SBP/SLP	Categorias	Meio de identificação na ferramenta				
		CNAE	Descrição	Liderança feminina	Porte	Produto/ linha de crédito*
SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – agricultura familiar					
SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – educação					
SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – saúde					
SBP/SLP	Empoderamento e avanço socioeconômico – inclusão de gênero					
SBP/SLP	Geração de emprego – financiamento de micro e pequenas empresas (MPE) e microcrédito					
GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra					
GBP/GLP	Gestão sustentável das águas e águas residuais					
GBP/GLP	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática					
GBP/GLP	Energia renovável					
GBP/GLP	Eficiência energética					
GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição					
GBP/GLP	Edifícios verdes					
GBP/GLP	Transporte limpo					



Anexo 2 – Palavras-chaves

Termo	Escopo	Categoria
Eolica	GBP/GLP	Energia Renovável
Eolico	GBP/GLP	Energia Renovável
Solar	GBP/GLP	Energia Renovável
Fotovoltaica	GBP/GLP	Energia Renovável
Biomassa	GBP/GLP	Energia Renovável
Biogas	GBP/GLP	Energia Renovável
Biometano	GBP/GLP	Energia Renovável
Biocombustivel	GBP/GLP	Energia Renovável
Biocombustiveis	GBP/GLP	Energia Renovável
Biodigestao	GBP/GLP	Energia Renovável
Biodiesel	GBP/GLP	Energia Renovável
Biomaterial	GBP/GLP	Energia Renovável
Biomateriais	GBP/GLP	Energia Renovável
Tratamento de esgoto	GBP/GLP	Energia Renovável
Tratamento de dejetos	GBP/GLP	Energia Renovável
Geotermica	GBP/GLP	Energia Renovável
Eficiencia energetica	GBP/GLP	Eficiência Energética
Sistema inteligente	GBP/GLP	Eficiência Energética
Sistemas inteligentes	GBP/GLP	Eficiência Energética
Reciclagem	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Reciclado	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Reciclados	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Reciclada	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Recicladas	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Reciclavel	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Reciclaveis	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Despoluição	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Coleta e tratamento	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Sistema de tratamento	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Estação de tratamento	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Microalgas	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Saneamento	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Sequestro de CO2	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Sequestro de dióxido de carbono	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Sequestro de carbono	GBP/GLP	Prevenção e controle da poluição
Pequeno agricultor	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Pequenos agricultores	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Agroecologico	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Agroecologica	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Agroecologia	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Recuperação ambiental	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Agrofloresta	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Agroflorestal	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Agroflorestais	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Agricultura sustentável	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Reflorestamento	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Irrigação	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Area de preservação permanente	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Areas de preservação permanente	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
APP	GBP/GLP	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
Proteção de ambientes costeiros	GBP/GLP	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática
Proteção de ambientes marinhos	GBP/GLP	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática
Proteção costeira	GBP/GLP	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática
Proteção de bacias hidrográficas	GBP/GLP	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática

Termo	Escopo	Categoria
Conservação	GBP/GLP	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática
Carro elétrico	GBP/GLP	Transporte limpo
Carros elétricos	GBP/GLP	Transporte limpo
Transporte elétrico	GBP/GLP	Transporte limpo
Transportes elétricos	GBP/GLP	Transporte limpo
Transporte híbrido	GBP/GLP	Transporte limpo
Transportes híbridos	GBP/GLP	Transporte limpo
Transporte público	GBP/GLP	Transporte limpo
Transporte ferroviário	GBP/GLP	Transporte limpo
Transporte não motorizado	GBP/GLP	Transporte limpo
Bicicleta	GBP/GLP	Transporte limpo
Bicicletas	GBP/GLP	Transporte limpo
Ciclovia	GBP/GLP	Transporte limpo
Ciclovias	GBP/GLP	Transporte limpo
Ônibus	GBP/GLP	Transporte limpo
Transporte multimodal	GBP/GLP	Transporte limpo
Transporte multimodalidade	GBP/GLP	Transporte limpo
Sistemas de drenagem	GBP/GLP	Gestão sustentável das águas e águas residuais
Sistemas de tratamento	GBP/GLP	Gestão sustentável das águas e águas residuais
Controle da erosão	GBP/GLP	Gestão sustentável das águas e águas residuais
Tratamento de esgoto	GBP/GLP	Gestão sustentável das águas e águas residuais
Drenagem urbana	GBP/GLP	Gestão sustentável das águas e águas residuais
Green building	GBP/GLP	Edifícios verdes
Green buildings	GBP/GLP	Edifícios verdes
Edifício verde	GBP/GLP	Edifícios verdes
Edifícios verdes	GBP/GLP	Edifícios verdes
Condomínios verdes	GBP/GLP	Edifícios verdes
Agricultura familiar	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Agricultura familiar
Agricultores familiares	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Agricultura familiar
PRONAF	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Agricultura familiar
Agricultor familiar	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Agricultura familiar
Educação	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Educação
Ensino	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Educação
Escola	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Educação
Colegio	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Educação
Hospital	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Saúde	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Hospitais	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Clinica	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Enfermaria	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Pronto socorro	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Pronto atendimento	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Terapia	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde
Tratamento intensivo	SBP/SLP	Acesso a serviços essenciais – Saúde



Anexo 3 – Índices de população vulnerável

Índice	Descrição	Classificações	Recorte de população vulnerável
Índice de oportunidades da educação brasileira (loeb)	Engloba toda a educação básica. Leva em consideração indicadores de insumos educacionais (como a escolaridade dos professores e a taxa de atendimento na educação infantil) e indicadores de resultado educacional (como a taxa líquida de matrícula do ensino médio)	<p>Crítico loeb - acima da mediana Crescimento - abaixo da mediana</p> <p>Atenção loeb - abaixo da mediana Crescimento - abaixo da mediana</p> <p>Em desenvolvimento loeb - abaixo da mediana Crescimento - acima da mediana</p> <p>Otimizado loeb - acima da mediana Crescimento - acima da mediana</p>	Municípios com crescimento abaixo da mediana, sendo classificados nos quadrantes de " Atenção " e " Crítico "
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	São consideradas as mesmas três dimensões do IDH Global (longevidade, educação e renda), porém há adequação da metodologia ao contexto brasileiro e aos indicadores nacionais.	O índice varia de 0 a 1, de modo que, quanto mais próximo de zero, maior a vulnerabilidade da região e menos desenvolvidas estão as dimensões de longevidade, educação e renda.	IDHM abaixo de 0,659157412 (média do IDHM da base de 2010)
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	A classificação cobre os 5.570 municípios e as mais de 550 microrregiões brasileiras.	Os municípios são incluídos dentro das nove categorizações possíveis (resultado das combinações entre alta, média ou baixa renda e alto, médio ou baixo dinamismo).	<p>Estagnada Rendimento domiciliar médio e baixo crescimento econômico</p> <p>Baixa renda Rendimento domiciliar baixo e baixo dinamismo econômico</p>
Índice de Desempenho do SUS (IDSUS)	Cobre atenção básica, ambulatorial e hospitalar para município, estado ou região.	São levados em consideração: os determinantes sociais da saúde, as condições de saúde da população, a estrutura do sistema de saúde e o desempenho do sistema de saúde. O IDSUS considera: Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (IDSE), Índice de Condições de Saúde (ICS) e Índice de estrutura do sistema de saúde do município (IESSM). Esse último diz respeito à estrutura MAC (atenção de média complexidade e alta complexidade ou estrutura de atenção especializada, ambulatorial e hospitalar).	<p>Grupo homogêneo nº 6 IDSE baixo, ICS baixo e sem estrutura MAC</p> <p>Grupo homogêneo nº 5 IDSE médio, ICS médio e sem estrutura MAC</p> <p>Grupo homogêneo nº 4 IDSE baixo, ICS baixo e pouca estrutura MAC</p>

